

MINISTRO DA INFRAESTRUTURA PREVÊ 'REVOLUÇÃO' NO PORTO DE SANTOS

Segundo Tarcísio Gomes de Freitas, a mudança será sentida a partir dos investimentos nos acessos ao complexo portuário e nos terminais

Por Matheus Müller



[https://www.atribuna.com.br/image/content/d/policy:1.128214:1605575387/Tarcisio-Gomes-de-Freitas.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=e02b03d&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/content/d/policy:1.128214:1605575387/Tarcisio-Gomes-de-Freitas.jpg?f=2x1&pf=e02b03d&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Tarcísio Gomes de Freitas participou da assinatura dos contratos de arrendamento de terminais (Carlos Nogueira/AT)

“Santos vai passar por uma revolução”, afirmou o ministro da Infraestrutura,

Tarcísio Gomes de Freitas, durante a assinatura dos contratos de arrendamento dos terminais portuários STS14 (pela Eldorado Celulose, outorga de R\$ 250 milhões) e STS14A (Bracell Celulose – R\$ 255 milhões), no armazém da Eldorado. De acordo com ele, essa mudança será sentida a partir dos investimentos nos acessos ao complexo portuário e nos terminais.

Freitas ressalta que para 2021 há grande otimismo para a retomada na economia e para isso garante que a União vai continuar fazendo leilões. “O Ministério da Infraestrutura vai transferir para a iniciativa privada mais de 50 ativos. Nosso programa de concessão vai andar a passos largos, a pleno vapor”. Ele citou que serão dezenas de terminais portuários, quatro já em dezembro, e a publicação de outros seis editais.

“No ano que vem, teremos em Santos o leilão do STS08 (granéis líquidos, especialmente combustíveis) e STS08A (granéis líquidos e gasosos), que vai ser o maior leilão de arrendamento portuário dos últimos 20 anos”.

O ministro apontou os investimentos previstos com as novas concessões vão tornar o Porto de Santos no “maior porto do Hemisfério Sul”. “Vamos sair de 160 milhões de toneladas de capacidade para 240 milhões de toneladas de capacidade. Estamos adequando o Porto para receber embarcações cada vez maiores, como os 366, isso é uma questão de tempo”.

As concessões mencionadas incluem também a Autoridade Portuária de Santos. Freitas destacou que, o primeiro leilão de desestatização portuária será no porto do Espírito Santo. “Estamos colhendo todas as lições aprendidas para na sequência fazer em Santos”.

Agenda de inaugurações

Antes de participar do evento para a assinatura dos contratos de arrendamento, que ainda vão garantir R\$ 380 milhões de investimentos da Eldorado e Bracell em suas novas áreas, na Ponta da Praia, o ministro visitou a Tiplam VLI, pela manhã, e a DP World à tarde.

Na primeira parada, participou da inauguração de dois armazéns de açúcar construídos em a partir de uma parceria entre a Tereos (empresa líder na exportação de açúcar), que investiu R\$ 145 milhões e a VLI, que aportou R\$ 60 milhões. As unidades são uma na cidade de Guará (SP), de onde parte a carga até a nova unidade no Porto de Santos. Ambos têm capacidade para 240 mil toneladas vão impactar em um aumento estimado em 60% nas exportações da Tereos nesta safra – o armazém está em operação desde maio de 2019.

O ministro também esteve no lançamento do novo complexo de celulose da DP World Santos e Suzano, que está instalado na margem esquerda do Porto de Santos e que começou as operações em abril.

A empresa ressalta que, em seis meses de operação, a celulose já responde por 15% do faturamento da DP World Santos – o complexo recebeu investimentos de R\$ 700 milhões, e conta com um armazém com capacidade estática para mais de 150 mil toneladas da matéria-prima.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 17/11/2020



PORTAL PORTO GENTE

TEREOS E VLI INVESTEM EM NOVOS ARMAZÉNS DE AÇÚCAR

Assessoria de Comunicação

Com capacidade para 240 mil toneladas, os armazéns no Porto de Santos e em Guará foram essenciais para apoiar o aumento de 60% nas exportaes da Tereos estimado para esta safra

A Tereos e a VLI inauguraram, nesta segunda-feira (16/11), os dois armazéns de augar construídos nos terminais do Porto de Santos e na cidade de Guará (SP), frutos da parceria estabelecida pelas empresas, no valor de R\$ 205 milhões. Com capacidade para 240 mil toneladas, os dois armazéns foram essenciais para apoiar o aumento estimado em 60% nas exportaes da Tereos nesta safra, alcançando um volume de 1,15 milhão de toneladas de augar bruto.



https://portogente.com.br/images/Tiplam_e_novo_armaz%C3%A9m_de_a%C3%A7%C3%BAcar_Cr%C3%A9dito_Leo_Lima_2.jpg

*Tiplam e novo armazém de augar Crédito Leo Lima
2Tiplam e novo armazém de augar. Crédito Leo Lima.*

O armazém localizado no Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (Tiplam), ativo da VLI localizado em Santos, tem capacidade para armazenar 115 mil toneladas de augar bruto. O segundo armazém, também concluído nesta safra, situa-se no terminal de Guará, estrutura da VLI no interior de São Paulo, na região onde estão localizadas as unidades industriais da Tereos. A

instalação tem capacidade para 125 mil toneladas, das quais 80 mil toneladas são destinadas  armazenagem de augar da Tereos.

Para marcar oficialmente a inauguração dos dois empreendimentos, as empresas realizaram um evento restrito no Tiplam, seguindo as recomendações sanitárias por conta da pandemia da Covid-19, com a participação do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas.

As construções fazem parte do acordo de longo prazo assinado pelas duas empresas em junho de 2018, com investimentos de R\$ 145 milhões por parte da Tereos e R\$ R\$ 60 milhões pela VLI, e que prevê uma capacidade de transporte de 1 milhão de toneladas de augar bruto por ano. Em maio de 2019, a Tereos começou a embarcar o volume integral do seu augar bruto pelo sistema ferroviário integrado da VLI. As cargas de augar partem do terminal de Guará por meio do sistema ferroviário operado pela VLI até o Tiplam.

“Em um momento desafiador em virtude da pandemia, a conclusão dos novos armazéns de augar, em parceria com a VLI, foi essencial para apoiar o aumento de nossas exportações de augar. Além de aumentar a competitividade de nossa logística, este investimento permite uma

redução de 220 mil toneladas em emissões de CO2 anuais”, comentou Jacyr Costa Filho, membro do Comitê Executivo Global da Tereos.

“Estamos muito satisfeitos em concluir o projeto e celebrar essa conquista. A parceria garante uma maior competitividade e confiabilidade à Tereos por meio de um serviço de logística multimodal que integra a cadeia do açúcar da usina até o navio. A VLI já movimentou cerca de 1/3 do açúcar exportado pelo Porto de Santos. Queremos continuar crescendo e auxiliando o setor com uma logística cada vez mais eficiente”, ressaltou o presidente da VLI, Ernesto Pousada. A VLI movimentou 19% mais açúcar no primeiro semestre de 2020 na comparação com igual período de 2019 e a expectativa no médio e longo prazo é ampliar o volume em razão do aumento de capacidade oriundo dos novos armazéns.

O ministro Tarcísio de Freitas enalteceu a importância dos investimentos da iniciativa privada na infraestrutura logística e apontou que a inauguração mostra a credibilidade do país. “As empresas estão acreditando no Brasil. A VLI e a Tereos estão acreditando no país e essa parceria vai render mais frutos. O terminal é todo automatizado, a conexão é por ferrovia e isso representa produtividade. Aos poucos vamos apagando aquela marca de sermos eficientes da porteira para dentro e não sermos eficientes da porteira para fora”, destacou.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 17/11/2020

PORTO DE SANTOS E CIDADE: REVOLUÇÕES E PROBLEMAS

Editor Portogente

Ministro da Infraestrutura acredita que a revolução chegou ao Porto de Santos. Como esta interface chega à sociedade das cidades - Santos e Guarujá - que abrigam o maior porto do Hemisfério Sul?

Nesta segunda-feira (16/11), o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, assinou os contratos dos terminais de celulose leiloados em agosto (STS14 e STS14A) com a Eldorado Brasil Celulose e a Bracell Celulose. Os arrendamentos renderam R\$ 505 milhões em outorgas ao Governo Federal por um contrato de 25 anos de duração. Os terminais têm investimentos previstos de R\$ 420 milhões – incluindo acessos rodoferroviários –, com outros R\$ 110,9 milhões de arrendamento fixo para a Santos Port Authority (SPA), administradora do porto.



https://portogente.com.br/images/Minfra_16NOV2020_Santos.jpeg

Ministro Tarcísio Gomes de Freitas no ato da assinatura dos contratos, em Santos (SP). Crédito: Divulgação | Minfra.

Na oportunidade, a autoridade celebrou: “Celebrar a assinatura desses contratos é celebrar a confiança dessas empresas no Brasil. O Brasil tem vocação para ser grande e tenho certeza que será grande porque tem gente competente que trabalha

sonhando com isso.”

O ministro reforçou a importância do programa de concessões do Governo Federal, que prevê mais de 50 leilões em 2021. Entre eles, o dos dois terminais de graneis líquidos combustíveis (STS08 e STS08A), que podem render cerca de R\$ 1,2 bilhão. O projeto, que aguarda aprovação no TCU para a publicação do edital de concessão, é considerado o maior de arrendamento portuário nos últimos 15 anos.

“O porto de Santos vai passar por uma revolução com novos acessos e terminais que fazem parte da preparação para se tornar o porto do futuro. Queremos que o porto de Santos seja o maior do hemisfério sul”, afirmou o ministro.

Oportuno diante desse tema, indicar o webinar Aliança sustentável entre Porto e Cidade:

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 17/11/2020

RESULTADO DA REUNIÃO DO COPOM PASSARÁ A SER DIVULGADO ÀS 18H30

O Banco Central informou nesta terça-feira, 17, por meio de nota, que o horário de divulgação do resultado do encontro do Comitê de Política Monetária (Copom) passará a ser 18h30, imediatamente após o término da reunião. Já o horário de início do segundo dia de reuniões do colegiado passará a ser 14h30.

“A mudança será feita em função da alteração nos horários de fechamento dos mercados domésticos. O horário de publicação das atas do Copom não será modificado”, acrescentou o BC.

Até o momento, a publicação do resultado do Copom vinha ocorrendo após as 18 horas, com o fechamento dos mercados.

O próximo encontro do Copom ocorre em 8 e 9 de dezembro.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 17/11/2020

‘TODA A NOSSA AGENDA ECONÔMICA RESPEITA O TETO DE GASTOS’, DIZ SACHSIDA

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, reforçou nesta terça-feira que a agenda fiscal do governo será retomada em 2021 e voltou a defender o teto de gastos. “Toda a nossa agenda econômica respeita o teto de gastos. Para nós, o importante não é só o teto, mas também abaixar a relação dívida/PIB. Para isso, temos que manter o teto, acelerar as privatizações e continuar enxugando os bancos públicos”, repetiu.

Gastos

Nesta terça, o secretário repetiu a avaliação de que, em cenário de elevada relação dívida/PIB como a brasileira, a elevação do gasto público reduz o crescimento econômico.

“Na situação que o Brasil se encontra hoje, se gastarmos muito o crescimento diminui. Se o governo gastar muito agora, o PIB cai, a inflação aumenta, os juros aumentam, o investimento cai e o desemprego aumenta. A consolidação fiscal está no melhor interesse da população, principalmente dos mais pobres”, defendeu ele.

Sachsida listou as propostas de reformas enviadas pelo governo ao Congresso Nacional para argumentar que o lado fiscal da economia estaria corretamente endereçado.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 17/11/2020

PRESIDENTE DO BC DIZ QUE É PRECISO MELHORAR NARRATIVA DA POLÍTICA AMBIENTAL

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta terça-feira, 17, que a política ambiental é “muito importante” e que será um dos fatores para a recuperação dos países no período pós-pandemia. “Espera-se que a recuperação da crise seja inclusiva e sustentável”, afirmou.

Campos Neto defendeu ainda que é preciso “melhorar a narrativa da política ambiental e focar nos pontos positivos” no Brasil.

"Há duas semanas, tive outra reunião com investidores sobre política ambiental", afirmou ele, destacando ainda as ações mais recentes do BC na área.

Os comentários foram feitos por Campos Neto durante entrevista à GloboNews.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 17/11/2020



EXTRA ONLINE

ATRAÇÃO DE NAVIOS EM PORTOS DO PARANÁ AVANÇA 6% EM 2020; FLUXO SEGUE INTENSO

(Por Gabriel Araujo)

SÃO PAULO (Reuters) - O número de atracções de navios em 2020 em instalações operadas pela Portos do Paraná atingiu no último domingo a marca de 2.179, cifra que representa alta de quase 6% em relação a igual período do ano passado, informou a companhia de logísticas nesta terça-feira.

O volume movimentado no acumulado deste ano soma 51,5 milhões de toneladas, segundo a estatal ligada ao governo paranaense, responsável pelos portos de Antonina e Paranaguá --este, o segundo maior do país em embarques de grãos como soja, atrás apenas do porto de Santos.

Em comunicado, a Portos do Paraná afirmou também que a quantidade de embarcações atracadas e em operação neste momento fica próxima da taxa de 100% de ocupação do cais e píeres nos dois portos, indicando um fluxo intenso --na última quinta-feira, havia 21 navios atracados nas unidades.

"Diante da demanda, que está muito grande, fazemos um bom trabalho de programação, fazendo com que a gente tire o máximo de aproveitamento dos nossos espaços", disse em nota o diretor de Operações da Portos do Paraná, Luiz Teixeira da Silva Júnior.

O diretor-presidente da empresa, Luiz Fernando Garcia, acrescentou que essa demanda crescente reflete uma "missão de entregar alimentos e produtos essenciais para o mundo".

As exportações de commodities agrícolas do Brasil ganharam força em 2020, diante da firme demanda externa --especialmente da China-- e da desvalorização do dólar frente ao real, o que torna os produtos locais mais competitivos.

Dados divulgados pela Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) na semana passada apontaram que, no acumulado do ano até outubro, Paranaguá foi responsável por embarques de 14,07 milhões de toneladas de soja, ante 11,3 milhões no ano completo de 2019.

Os embarques de farelo de soja por Paranaguá se aproximavam, ao final de outubro, dos níveis reportados no total de 2019, com 4,6 milhões de toneladas já embarcadas.

Por outro lado, as exportações de milho do porto paranaense no ano somavam 1,6 milhão de toneladas, ante 5,6 milhões de toneladas em 2019 inteiro, segundo a Anec.

Fonte : Extra Online

Data : 17/11/2020

COM SAFRA ATRASADA, PARANÁ TEM MENOS LAVOURAS DE SOJA EM BOM ESTADO, DIZ DERAL

(Por Roberto Samora)

SÃO PAULO (Reuters) - O plantio de soja do Paraná atingiu 92% da área projetada, avanço de oito pontos percentuais ante a semana anterior, mas ainda assim não o suficiente para atingir o

índice da mesma época do ano passado, na medida em que o Estado lida com chuvas irregulares na temporada 2020/21, conforme dados do Departamento de Economia Rural (Deral) publicados nesta terça-feira.

Além disso, o Deral apontou que o percentual de lavouras em bom estado é de 70%, dez pontos abaixo do verificado na mesma época do ano passado. Em condições médias estão 27% das plantações de soja, contra 18% no mesmo período de 2019, enquanto há 3% em situação ruim, versus 2% na mesma comparação.

Diante do atraso do plantio, o Estado que é o segundo produtor de soja do Brasil, atrás do Mato Grosso, também enfrenta um conseqüente desenvolvimento mais lento da safra.

Até segunda-feira, 3% das lavouras da oleaginosa estavam em floração, versus 5% em data próxima de 2019, enquanto 82% da área se encontrava em desenvolvimento vegetativo, contra 86% em 2019.

Ainda em germinação estavam 15% das lavouras, enquanto no mesmo período do ano passado neste estágio inicial estavam 9%.

"Algumas regiões estão relatando que as chuvas, apesar de terem ocorrido, ainda estão abaixo das necessidades", disse o economista do Deral, Marcelo Garrido.

Ele afirmou ainda que, em algumas áreas com menos chuvas, haverá necessidade de replantio de soja, o que eleva custos com sementes, combustíveis, maquinário e mão de obra.

"A possibilidade de algum problema de produtividade em uma região ou outra existe! Tudo ainda vai depender das chuvas das próximas semanas. Mas ainda é cedo para falarmos em problemas maiores", acrescentou Garrido.

A safra de soja no Paraná deve alcançar 20,5 milhões de toneladas na safra 2020/21, segundo estimativa de outubro do Deral, o que seria uma queda de 1% quando comparado ao desempenho da temporada passada.

O Deral também apontou um plantio de milho verão mais lento, que atingiu 98% da área (ante 100% há um ano), enquanto a colheita de trigo atingiu 99% da área (ante 98% há um ano).

Fonte : Extra Online

Data : 17/11/2020

VALE DIZ QUE NEGOCIAÇÃO PARA ACORDO SOBRE BRUMADINHO PROSSEGUIRÁ EM NOVA AUDIÊNCIA

(Por Roberto Samora)

SÃO PAULO (Reuters) - A mineradora Vale informou nesta terça-feira que segue mantendo um "diálogo construtivo" com o governo de Minas Gerais e instituições de Justiça visando um possível acordo global sobre reparações pelo desastre de Brumadinho (MG).

Após audiência nesta terça-feira, a Vale afirmou também que ainda não há definição de valores para um eventual acordo relacionado ao desastre com uma barragem de rejeitos de mineração que deixou cerca de 270 pessoas mortas, em janeiro de 2019.

A mineradora informou ainda que está agendada para 9 de dezembro uma nova audiência.

Na reunião desta terça-feira, no Cejusc, órgão de mediação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ficou acordado que a empresa estenderá um pagamento emergencial para o mês de dezembro, segundo a companhia.

Fonte : Extra Online

Data : 17/11/2020



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

RELATÓRIO SOBRE APAGÃO NO AMAPÁ DEVE FICAR PRONTO EM DEZ DIAS, DIZ DIRETOR-GERAL DA ANEEL

Por Larissa Fafá - 17 de novembro de 2020 - Em Congresso, Setor elétrico

BRASÍLIA – A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve concluir em dez dias um relatório sobre o sobre o apagão que atingiu 14 de 16 municípios no Amapá, há duas semanas, e ainda sujeita o estado a um esquema de rodízio para fornecimento de energia.

As informações foram apresentadas pelo diretor-geral da Aneel, André Pepitone, durante audiência no Congresso Nacional, nesta terça (17).

O relatório da agência deve apontar, efetivamente, quais foram as falhas que levaram à falta de energia e está sendo elaborado com participação dos atores do setor elétrico envolvidos, como o Ministério de Minas e Energia (MME), o Operador Nacional do Sistema (ONS) e a própria Aneel.

Aos parlamentares, Pepitone destacou que há possíveis três consequências para a concessionária com o apagão: uma multa de até 2% da receita da empresa por descumprimento do contrato de concessão e até mesmo a interdição ou interrupção da concessão.

Há também uma terceira possibilidade de ação civil pública na esfera judicial para reparação de danos, o que poderia ser usado para custear tanto danos morais aos amapaenses quanto para arcar com o deslocamento de geradores feito atualmente pelo governo para atender a região.

“Nenhum sistema elétrico é infalível, nenhum sistema elétrico é imune a intercorrências. O que nós não podemos aceitar e não vamos, em hipótese alguma, aceitar é negligência. Não vamos apurar somente a causa da falta de energia, como apurar responsabilidade e aplicar punições”, ponderou Pepitone.

O chefe da Aneel reforçou que, assim como o governo, a maior prioridade da agência é o restabelecimento da normalidade da rede elétrica do estado.

Ao falar da governança do setor elétrico e destacar avaliações positivas da Aneel em avaliações externas, o diretor-geral não respondeu, entretanto, os principais questionamentos dos parlamentares – especialmente os dois senadores do estado do Amapá, Randolfe Rodrigues (REDE) e Lucas Barreto (PSD).

O líder da REDE cobrou ativamente a responsabilidade da Aneel na falta de fiscalização presencial da subestação, mesmo sabendo que um dos três transformadores da unidade estava em manutenção há 11 meses.

“É muito interessante o reconhecimento das agências internacionais, mas isso não faz diferença nenhuma para as 800 mil pessoas que estão sem energia (...) O senhor está falando de um reparo que não devia ter ocorrido e que a responsabilidade era sua”, afirmou Randolfe.

O parlamentar é autor de uma série de ações populares na Justiça Federal, como por exemplo uma que pede o afastamento imediato da diretoria da Aneel enquanto o episódio for investigado. Um dos questionamentos judiciais foi aceito e foi concedida a liminar com prazo para que a concessionária solucione o problema na subestação.

Lucas Barreto também questionou se a Aneel reconhecia a responsabilidade no ocorrido e agradeceu ao governo federal e à Eletronorte pela atuação para garantir energia elétrica, mesmo que em sistema de rodízio, aos consumidores.

“Se a Aneel tivesse exercido seu papel, além de regular tarifas, não estaríamos passando por isso agora”, disse.

A fiscalização da agência é feita primeiramente com base em indicadores e, caso haja necessidade, é feito um segundo pacto, com exigência de ações e metas por parte da concessionária.

Somente em uma terceira etapa, caso os prazos e metas não sejam cumpridos, é feita fiscalização presencial com possíveis sanções administrativas. De acordo com o diretor geral, o modelo está alinhado com as melhores práticas de órgãos nacionais, como a Receita Federal, e também internacionais, como a OCDE.

“Nós somos o pai da criança, sou responsável pela criação do filho. Mas quando o filho vai à escola, ele tá sob responsabilidade da escola e eu acompanho olhando os boletins. Posso aqui fazer a analogia de que o filho tinha tirado dez em matemática e português. A Aneel fiscaliza adotando práticas mundialmente consagradas que é a fiscalização responsiva por meio de pontos de controles preventivos”, declarou André Pepitone

Privatização requer maior controle, dizem parlamentares

Os parlamentares também levantaram questões sobre como o apagão no Amapá pode afetar o plano do governo federal para privatizar a Eletrobras, por meio de uma capitalização – é o projeto mais avançado de desestatização do atual governo.

Espiridião Amin (PP/SC) afirmou que o incidente pode ser motivação para discutir mudanças regulatórias que tragam maior segurança ao usuário da rede.

“Se há objetivo em ampliar a privatização, temos que fortalecer a regulação e fiscalização para aprimorar a segurança tanto do suprimento quanto do direito do cidadão”, explicou.

O líder do PSDB e ex-vice líder do governo, senador Izalci (PSDB/DF), pediu “cuidado” com a generalização da privatização de setores estratégicos.

Recebeu apoio da senadora Zenaide Maia (PROS/RN), que destacou que a ajuda recebida pelo Amapá está sendo feita pela máquina pública, por meio da mobilização da Eletronorte, do MME e das Forças Armadas.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 17/11/2020

PPSA ESTIMA INVESTIMENTOS DE US\$ 122 BILHÕES EM 24 FPSOS NA PARTILHA

Por epbr -17 de novembro de 2020 - Em Newsletter, Newsletter Comece seu Dia

*Quem faz Editada por Gustavo Gaudarde
gustavo@epbr.com.br*

em jogo

O desenvolvimento dos 17 contratos de partilha de produção em vigor representa uma demanda por investimentos de US\$ 122,7 bilhões, entre 2021 e 2030, com pico em 2028, quando entram em operação seis novas FPSOs, segundo estimativas da PPSA.

— Os estudos são apresentados nesta terça (17), no 3º Fórum Técnico Pre-Sal Petróleo. Acompanhe ao vivo

— A projeção de investimentos considera a entrada em operação de 24 FPSOs e a construção de 387 poços. Não considera novos leilões, como a contratação dos excedentes de Atapu e Sépia, na cessão onerosa, que serão ofertados em 2021.

— O estudo considera FPSOs com capacidade de produção de óleo entre 50 mil e 220 mil barris/dia, a depender do porte de cada campo.

— O resultado esperado é uma arrecadação total de US\$ 204,4 bilhões entre 2021 e 2030, considerando a receita com a comercialização do óleo da União, sob a gestão da PPSA (US\$ 75,2 bilhões), além de royalties e tributos recolhidos pelas empresas produtoras.

— A PPSA estima que será possível produzir 3,6 milhões de barris/dia de petróleo em 2030 nesses 17 contratos de partilha, sendo 629 mil barris/dia da União.

Pietro Mendes foi nomeado nesta terça (17) para o cargo de diretor do Departamento de Biocombustíveis da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia. Substitui Miguel Ivan Lacerda, que deixou o cargo em outubro.

— Servidor de carreira da ANP, Pietro Mendes participa das discussões sobre o Renovabio, já trabalhou na coordenação dos leilões de biodiesel e foi superintendente adjunto de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos. Estava há quase três anos trabalhando como assessor da Diretoria Geral da agência.

— Assume a diretoria do DBIO no momento em que o setor se aproxima da conclusão do primeiro ano de operacionalização do Renovabio, discute o fim dos leilões de biodiesel e o novo desenho do mercado pós-desinvestimento da Petrobras.

A Justiça Federal reverteu decisão liminar que reduziu as metas do Renovabio em 25% para 2020, após recurso da ANP. Decisão do desembargador Jiraim Aram Meguerian, da Justiça Federal de Brasília (TRF-1) foi publicada nessa segunda (16).

— A tentativa de corte das metas de compra dos créditos de carbono (CBIOS) foi uma iniciativa da Brasilcom, que representa 46 empresas, majoritariamente distribuidoras regionais de combustíveis, como Ale, Atem e o grupo Dislub Equador. As três maiores empresa do ramo, BR Distribuidora, Ipiranga e Raízen, não são associadas.

— Em seu recurso, a ANP ressaltou que não há ilegalidades nos atos que definiram as metas deste ano. O rateio da obrigação de compra de CBIOS foi feito dentro dos prazos, no início do ano, e após a revisão da meta, com corte de 50% feito pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), em setembro, a agência atualizou as metas individuais.

— A agência ressaltou também que o mercado das distribuidoras – gasolina C, diesel B e etanol hidratado – está em recuperação constante, desde a pior fase da crise, em maio. Enquanto a meta global para 2020 foi reduzida em 50%. epbr

O petróleo subiu 3% na segunda (16), após o anúncio da Moderna sobre o progresso de sua vacina contra a Covid-19 desencadear uma onda de otimismo em todos os mercados, reagindo pela segunda vez em uma semana à perspectiva de retorno aos níveis pré-pandêmicos.

— O Índice Dow Jones ganhou 1,6% no auge da reação do mercado às notícias da Moderna, aumentando o apetite pela maioria dos ativos de risco, incluindo o petróleo.

— O Brent encerrou o dia em alta de 2,4%, com o barril a US\$ 43,82, após uma alta intradiária de US\$ 44,64. Já o WTI avançou 3%, a US\$ 41,34 o barril, após ficar acima de US\$ 42 por um momento. Investing.com

A CEEE, controlada pelo governo do Rio Grande do Sul, autorizou a venda do controle acionário da CEEE-D, distribuidora de energia do grupo. A assembleia de acionistas que decidiu a privatização da empresa ainda aprovou um valor econômico mínimo para a operação, de R\$ 50 mil, conforme fato relevante divulgado nessa segunda (16).

— Em paralelo, a controladora aprovou um aporte de capital na CEEE-D por meio de capitalizações de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) já realizado, com saldo total de R\$ 270 milhões na data-base de 30 de junho de 2020.

— Em comunicado, o BNDES disse que o leilão de privatização da CEEE-D deve ser realizado em fevereiro de 2021. O banco tem assessorado o processo. De acordo com o BNDES, o governo gaúcho deverá realizar nas próximas semanas apresentações a potenciais investidores interessados na distribuidora. Money Times, com Reuters

O rodízio no fornecimento de energia elétrica no Amapá retornou nessa segunda (16). Foi restabelecido nos 13 municípios afetados, e seguirá sendo adotado por tempo indeterminado. Entre 7h e 19h, o fornecimento é mantido por quatro horas, conforme a escala de horários e bairros divulgada pela CEA. E das 19h às 7h do dia seguinte, por três horas.

— No domingo, por causa das eleições municipais, o fornecimento energético funcionou integralmente durante todo o dia em 12 das 13 cidades afetadas. Em Macapá, onde há dias a população convive com o rodízio, o sistema funcionou a 100% apenas das 7h ao meio-dia. As eleições foram adiadas na capital.

O mercado voltou a melhorar a perspectiva para a economia brasileira em 2020, na segunda semana seguida de melhor, aponta a pesquisa Focus, divulgada pelo Banco Central nessa segunda (16/11). Por outro lado, elevou a estimativa para a inflação neste ano e no próximo.

— A projeção é que o Produto Interno Bruto (PIB) encolha 4,66% em 2020, ante uma expectativa anterior de retração de 4,80%. Para 2021, o cenário continua de crescimento de 3,31%.

— O resultado vem na esteira de uma previsão de contração de 5,34% para a produção industrial neste ano, de uma queda de 5,49% esperada antes. Para 2021, a expectativa de aumento da produção passou para 3,72% – antes era de 4,0%.

— Já a expectativa para a alta do IPCA este ano aumentou em 0,05 ponto percentual, a 3,25%, na 14ª semana de aumento da projeção. Para 2021, a inflação é calculada agora em 3,22%, de 3,17% antes, quarto aumento seguido. Reuters

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 17/11/2020

PARANÁ INVESTIRÁ R\$ 46 MILHÕES EM GERAÇÃO SOLAR NOS PRÉDIOS PÚBLICOS

Por Guilherme Serodio - 17 de novembro de 2020 - Em Solar

O governo do Paraná vai investir R\$ 45,7 milhões para instalar painéis solares em 246 prédios públicos, a partir de 2021, anunciou o governador Ratinho Júnior (PSD) na segunda (16). Plano envolverá escolas e outras instalações públicas em sete municípios do estado.

O projeto é uma parceria do governo com a Copel, a agência Fomento Paraná e a Green Building Council Brasil (GBC Brasil),

De acordo com o governo, esta é a primeira fase da iniciativa que também buscará atrair investimentos privados para instalar usinas solares em até 5 mil prédios públicos do estado. O projeto já é reconhecido pela GBC como o segundo maior do mundo deste tipo em abrangência.

“Estamos enfrentando a maior crise hídrica dos últimos 100 anos no Estado, e sabemos o impacto da falta de água na oferta de energia em um futuro próximo”, disse Ratinho Júnior.

Do total de recursos, R\$ 28 milhões serão disponibilizados pela Copel para financiamento a fundo perdido, provenientes do Programa de Eficiência Energética (PEE).

Outros R\$ 17,7 milhões serão disponibilizados pela Fomento Paraná e pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano para os municípios investirem como contrapartidas ao projeto. A previsão do governo estadual é que todo o investimento se pague em três anos.

O secretário estadual de Desenvolvimento Urbano, João Carlos Ortega, afirmou que a busca de alternativas renováveis para geração de energia é representa um alívio para o caixa dos municípios, mas também alinha o estado do Paraná a compromissos internacionais de sustentabilidade, como a Agenda 2030 da ONU, à Nova Agenda Urbana e ao Acordo de Paris.

Ao todo, haverá 208 escolas envolvidas que vão aderir ao conceito de “zero energia”. Toda a energia consumida por elas será proveniente das placas solares instaladas.

Nesta primeira fase, o projeto vai envolver as cidades de Balsa Nova, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba; Maringá e Paranavaí, no Noroeste; e Cascavel e Foz do Iguaçu, no Oeste.

Em Balsa Nova, os painéis solares serão instalados também no prédio da Prefeitura e da Câmara de Vereadores, em unidades de saúde e ginásios de esporte.

Na cidade, também haverá a troca de mais de 2 mil pontos de iluminação pública. A previsão é que o município economize R\$ 840 mil ao ano com a tarifa pública de luz. O montante representa 11% do orçamento municipal para educação.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 17/11/2020

2021 DEVE SER O ANO DE UM GRANDE SALTO PARA A NEUTRALIDADE DE CARBONO, DIZ SECRETÁRIO-GERAL DA ONU

Por Guilherme Serodio - 17 de novembro de 2020 - Em Clima, Notícias, Transição energética

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, afirmou nesta segunda-feira (16/11) que 2021 deve ser o ano do grande salto para a neutralidade do carbono no planeta.

Guterres defendeu no Twitter que o tempo dos subsídios aos combustíveis fósseis acabou e que o mundo deve eliminar gradualmente o uso do carvão como fonte de energia e fixar um preço para o carbono.

Seis ações defendidas pelo diretor-geral da ONU para governos

1. Investimentos em empregos verdes
2. não socorrer indústrias altamente poluentes, especialmente o setor de carvão
3. acabar com os subsídios aos combustíveis fósseis
4. precifiquem o carbono
5. considerem o risco climático em todas as decisões econômicas e políticas
6. trabalhar juntos e de forma solidária; e, mais importante, não deixem ninguém para trás

A postagem na rede social vem na esteira da confirmação da eleição de Joe Biden à presidência dos Estados Unidos, o que deve marcar uma importante guinada na postura da maior potência global em relação às mudanças climáticas, incluindo o foco na promoção de energia limpa.

Neste domingo (15), Guterres divulgou um vídeo defendendo que a reconstrução econômica seja verde, com uma ação climática ambiciosa.

Pediu que países desenvolvidos cumpram o acordo de destinar US\$ 100 bilhões ao ano para ajudar com a mitigação às mudanças climáticas nas nações em desenvolvimento e afirmou que é preciso criar o ambiente para deslocar recursos privados contra os impactos das transformações do clima.

Ele ainda frisou que os governos não foram eficientes em criar impostos e marcos regulatórios para estimular o setor privado a adotar ações climáticas mais contundentes. “Temos que garantir

que cada país, cidade, empresa, banco e organização internacional tenha um plano de transição para chegar à emissão zero”, pediu.

Efeito Biden

Na semana passada, o diretor-geral da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), Fatih Birol, afirmou, também pela rede social, que a eleição de Biden pode acelerar a transição global para energia limpa.

Biden deve retomar regras mais rígidas de controle de emissões na geração de energia e prometeu colocar os EUA de volta ao Acordo de Paris “em exatos 77 dias” a partir do começo de seu governo. A estratégia deve atingir fortemente a indústria do carvão nos EUA.

A nova postura presidencial deve contrariar a desregulamentação promovida no setor de energia na presidência do republicano Donald Trump. Enquanto candidato, Trump mantinha em sua plataforma de governo a promessa de expandir a geração de energia a partir do carvão e, inclusive, promover a exportação de um modelo de geração que considerava mais eficiente.

Apostava nas economias do sudeste asiático que ainda concentram grande parte de sua matriz energética na geração a carvão, especialmente a Índia..

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 17/11/2020



JORNAL O GLOBO – RJ

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO PRÉ-SAL RENDERÁ R\$ 204 BI À UNIÃO EM DEZ ANOS

Recursos incluem venda do óleo, royalties e tributos arrecadados com 17 campos, segundo levantamento da estatal que gere os contratos

Por Ramona Ordoñez



<https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/23986485-ec1-4c5/FT1086A/652/xpre-sal.jpg.pagespeed.ic.09YIXTXy9g.jpg>

Senado aprova nova distribuição de recursos do pré-sal para contemplar estados e municípios Foto: Reprodução

RIO - Os 17 contratos de partilha da produção de petróleo em campos no pré-sal já em desenvolvimento poderão gerar US\$ 204,4 bilhões para os cofres da União nos próximos dez anos. Os dados foram apresentados na manhã desta terça-feira pelo presidente da Pré-Sal Petróleo SA (PPSA), Eduardo Gerk, no 3º Fórum Técnico Pré-Sal Petróleo, que neste ano acontece virtualmente.

Desse total, a arrecadação com a venda da produção é estimada em US\$ 75,3 bilhões. Outros US\$ 72,4 bilhões virão em royalties e mais US\$ 56,7 bilhões em tributos.

Viu isso? Justiça derruba decisão que obriga Petrobras a indenizar Petros e Previ em casos de corrupção; fundos vão recorrer

Dos 17 contratos, três já estão com uma produção de 45 mil barris diários (Mero, Sudoeste de Tartaruga Verde e Emtorno de Sapinhoá).

Por conta dessas projeções de recursos significativos que a União receberá na próxima década, o ministro da Economia Paulo Guedes, tem falado de sua meta de privatizar a PPSA. A estatal, contudo, não possui ativos e é gestora dos contratos de partilha, presidindo os comitês operacionais de todos os contratos.

Por isso, de acordo com especialistas do setor, o que o governo federal deve estar planejando é a venda futura da parcela da produção de petróleo que caberá à União.

Segundo estudo apresentado por Eduardo Gerck, nos próximos dez anos, a parcela da produção de petróleo que caberá à União é estimada em 1 bilhão de barris de óleo, considerando os 17 contratos de partilha que são geridos pela PPSA.

Os dados foram apurados pela área de planejamento Estratégico da PPSA e tomou como premissas os planos de desenvolvimento dos consórcios, análises técnicas da equipe e o cenário de referência de preços de petróleo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Segundo a apresentação, a produção média diária dos 17 contratos será crescente nos próximos anos, principalmente a partir de 2025.

Em 2030, a estimativa é que esses campos atinjam uma produção da ordem de 3,6 milhões de barris por dia, quando se estima que a produção do país será da ordem de 5,26 milhões de barris por dia.

Ou seja, a produção desses campos representará cerca de 2/3 da produção total.

Para atingir esse volume elevado de produção nesses campos, de acordo com Eduardo Gerck, serão necessários investimentos de US\$ 122,7 bilhões entre 2021 e 2030, com pico de gastos em 2028, quando deverão entrar em produção seis navios-plataformas (FPSOs).

O estudo da PPSA estima que, no período, serão contratados 24 FPSOs e perfurados 387 poços. Todos esses cálculos não consideram novos leilões, nem contratação dos excedentes de Atapu e Sépia, na cessão onerosa, que serão ofertados em 2021.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 17/11/2020

PROBABILIDADE DE SEGUNDA ONDA DE COVID-19 NO PAÍS É 'BAIXÍSSIMA', DIZ SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA

Pasta acompanha dados para avaliar necessidade de medidas de combate à pandemia, como prorrogação do auxílio emergencial. Técnico diz que decisão sobre medidas é do Ministério da Saúde e afirma que pastas não se comunicam sobre evolução do vírus

Por Marcello Corrêa



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24750913-11c-6bf/FT1086A/652/xadolfo-sachsida.jpg.pagespeed.ic.Fh48aH9dd8.jpg>

*O secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida
Foto: Claudio Belli / Agência O Globo*

BRASÍLIA - O secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, disse nesta terça-feira que é "baixíssima" a probabilidade de que o Brasil seja atingido por uma segunda onda da pandemia de Covid-19.

De acordo com Sachsida, a pasta — ligada ao Ministério da Economia — monitora dados sobre casos e mortes relacionadas à doença. A informação é importante para planejar ações como a eventual prorrogação do auxílio emergencial e do estado de calamidade pública.

— Acho baixíssima a probabilidade de segunda onda. Não apenas isso: os dados que nós temos mostram algo concreto, que é a força da retomada econômica. O setor de serviços está cada vez mais forte. Fico muito tranquilo quanto a isso e não tenho preocupações adicionais com questões hipotéticas — disse o secretário, em coletiva de imprensa, ao ser questionado sobre a extensão do benefício.

Segundo os técnicos da pasta, a avaliação é baseada no diagnóstico de que vários estados atingiram a chamada imunidade de rebanho, quando um percentual da população significativo se contamina com o vírus e impede que a doença avance em uma determinada região.

A secretaria levou em consideração um percentual de 20% como a linha de corte para identificar esse tipo de fenômeno, mas não informou que estados especificamente atingiram esse patamar.

Sachsida informou que os dados servem apenas de base para avaliar o impacto do distanciamento social na atividade econômica e informou que a pasta não interfere nos diagnósticos da área da saúde.

Economia e Saúde não trocam informações

Questionado se a equipe econômica está sendo informada pelo Ministério da Saúde sobre as expectativas em relação a uma eventual segunda onda, o secretário afirmou que não há esse tipo de interlocução.

— Eu não mando para o Ministério da Saúde nenhum dado. E não recebo do Ministério da Saúde nenhum dado — afirmou.

Em outro momento, Sachsida disse que a determinação sobre medidas sanitárias deve ser tomada exclusivamente pela equipe da Saúde:

— O Ministério da Economia não interfere absolutamente nada no que se refere a questões de saúde. Quem manda em questões de saúde é o Ministério da Saúde.

Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o governo prorrogaria o auxílio emergencial se houvesse uma segunda onda do novo coronavírus no país.

A declaração foi mal recebida por analistas do mercado financeiro, que viram na fala uma flexibilização do compromisso com o ajuste fiscal para 2021. No dia seguinte, Guedes frisou que a hipótese era considerada baixa na equipe econômica.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 17/11/2020

GOVERNO QUER QUE ENEL ESCLAREÇA SUPOSTAS COBRANÇAS ABUSIVAS EM SP, RIO, GOIÁS E CEARÁ

Em São Paulo, houve aumento de reclamações de 1.900% entre os cinco primeiros meses do ano e os cinco últimos

Por Luciana Casemiro

RIO -Fornecedora de energia elétrica dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Goiás, a Enel Distribuidora foi notificada pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a prestar informações sobre aumento de reclamações por supostas cobranças indevidas.

Dados do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), que reúne as queixas registradas nos Procons em todo o Brasil, apontaram um perfil que classificou como "destoante" das reclamações feitas contra a distribuidora em relação as demais empresas do setor.

- Em São Paulo, houve o aumento de 1.900% das reclamações ao confrontarmos o total de atendimentos dos cinco primeiros meses do ano com o total dos cinco meses seguintes - ressalta Juliana Domingues, titular da Senacon.

Pedro Aurelio Queiroz, diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), destaca que 95% das reclamações registradas de junho a agosto são relativas a cobrança Indevida.

A Enel tem dez dias para responder à Senacon as razões que levaram ao aumento de reclamações sobre cobranças indevidas em São Paulo, qual a situação em outros estados e o risco de que o panorama se repita. Além disso, a secretaria quer saber, quais as medidas adotadas pela empresa para resolver o problema em todos os estados em que atua, como tenta tratado os casos individualmente.

A Senacon ressalta que caso sejam apuradas violações, a empresa poderá ser multada.

Apagão no Amapá: Ministro diz que não há como restabelecer 100% da energia até esta terça-feira, como determinou a Justiça

A Enel Brasil esclarece, que, em São Paulo, houve a suspensão da leitura presencial de medidores, em março, quando o estado era o epicentro da pandemia da Covid-19, e a fatura de energia pela média do consumo dos 12 meses anteriores.

A medida, lembra, foi autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A empresa destaca ainda ter feito "ampla divulgação do uso da autoleitura para aqueles clientes que não quisessem ser faturados pela média histórica".

A partir de junho, com o início da abertura das atividades em São Paulo, a Enel informa ter retomado gradativamente a leitura presencial dos medidores de energia, tendo normalizado todas as leituras durante agosto. Por isso, diz a distribuidora, desde agosto, o número de reclamações no Procon-SP vem caindo, informando uma redução de 90,6% na comparação entre julho e outubro.

A Enel Distribuição São Paulo reforça após a retomada da leitura presencial passou a oferecer aos consumidores a possibilidade de parcelar a conta em até 12 vezes sem juros do financiamento. A companhia continua oferecendo a possibilidade de parcelamento das contas em até 10 vezes, na própria fatura ou no cartão de crédito.

Em relação à atuação da Senacon, a Enel acrescenta que vai responder ao órgão no período determinado e garante não ter descumprido o Código de Defesa do Consumidor ou regulatórias.

Mas já informa que não houve alteração no processo de leitura nas distribuidoras da Enel no Rio de Janeiro e no Ceará, que foi mantido de forma presencia. Em Goiás, a leitura pela média foi realizada apenas na última semana de março, para parte dos clientes da companhia no estado.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 17/11/2020

GOVERNO PREVÊ CRESCIMENTO DO PIB DE 8,3% NO TERCEIRO TRIMESTRE

Estimativa leva em consideração melhora de dados de comércio, indústria e serviços. Dado oficial será divulgado em duas semanas

Por Marcello Corrêa

BRASÍLIA - A economia brasileira crescerá 8,3% no terceiro trimestre, em relação aos três meses anteriores, segundo projeção do Ministério da Economia divulgada nesta terça-feira. O ministério também alterou a previsão para a queda do PIB neste ano, de retração de 4,7% para um tobo de 4,5%.

Caso a previsão para o terceiro trimestre se confirme, o desempenho ainda será insuficiente para repor as perdas registradas no segundo trimestre, quando o Produto Interno Bruto (PIB) recuou 9,7%, reflexo do auge da crise econômica causada pela crise do novo coronavírus.

Os dados oficiais sobre o terceiro trimestre serão divulgados daqui a duas semanas pelo IBGE. Divulgado na sexta-feira passada, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), uma espécie de prévia do PIB, apontou que a economia do país cresceu 9,5% no terceiro trimestre de 2020 na comparação com o trimestre anterior.

Segundo a estimativa, calculada pela Secretaria de Política Econômica, a economia ainda encolherá, na comparação com o terceiro trimestre de 2019. Mas a queda esperada, de 3,9%, é agora menor que a projetada anteriormente, de 4,9%.

De acordo com a pasta, a melhora no cenário ocorre por causa dos dados mensais melhores que os previstos em setores como comércio, indústria e serviços.

"É importante salientar que esses indicadores mencionados apresentaram expansão – quando comparados aos meses imediatamente anteriores, com ajuste sazonal – em todos os meses do terceiro trimestre, indicando forte crescimento e carregamento estatístico positivo para os últimos meses de 2020", diz a secretaria, em nota.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) chegou a projetar queda de 9,1% para o PIB brasileiro, mas depois alterou esse número para retração de 5,5%.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 17/11/2020

GOVERNO EXTINGUE EMPRESA ESTATAL DE SILOS AGRÍCOLAS

Casemg registrou prejuízo de R\$ 16,8 milhões entre 2011 e 2016

Por Marcello Corrêa



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24738907-82a-312/FT1086A/652/xMacCord.jpg.pagespeed.ic_bnK7XNaBiz.jpg

O secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, quer acelerar privatizações Foto: Pablo Valadares / Câmara dos Deputados

BRASÍLIA - O governo liquidou no fim de outubro a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (Casemg), ligada ao Ministério da Agricultura. A operação foi divulgada nesta terça-feira pelo Ministério da Economia.

Segundo a pasta, a companhia registrou prejuízo de R\$ 16,8 milhões entre 2011 e 2016. Além disso, despesas administrativas e custos operacionais para manter o negócio chegavam a R\$ 19 milhões anuais, no período entre 2017 e 2020.

A Casemg foi criada em 1957 para armazenagem de produtos do agronegócio. Em 2016, a companhia tinha 18 unidades armazenadoras, com apenas seis com superávit.

Em nota, o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Diogo Mac Cord, afirmou que a decisão de liquidar uma estatal ocorre quando a empresa não entrega mais o serviço público a que se propôs e o setor privado não tem interesse de absorver a atividade.

Durante o processo de liquidação da Casemg, o governo arrecadou R\$ 32,8 milhões com a venda de imóveis.

Em setembro, a União já havia se desfeito de outra estatal, a Companhia Docas do Maranhão (Codomar), criada em 1974. A empresa registrou prejuízo de R\$ 64 milhões entre 2014 e 2017, números que saltaram para R\$ 152,9 milhões durante o processo de extinção.

Frustração de Guedes

A liquidação das empresas faz parte do processo de desestatização que a equipe econômica tem tentado acelerar. Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse estar "frustrado" pelo fato de o governo não ter conseguido vender nenhuma estatal em dois anos.

Guedes atribui a um suposto acordo no Congresso a dificuldade de avançar com privatizações em análise pelo Legislativo, como o da Eletrobras, que enfrenta ainda mais resistência após o apagão que atinge o Amapá, por causa de uma falha em uma subestação administrada por uma empresa privada.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 17/11/2020

BALSAS COM 37 GERADORES CHEGAM AO AMAPÁ, SOLUÇÃO PROVISÓRIA PARA O APAGÃO

Estado entra no 15º dia de blecaute, com 90% da população em sistema de rodízio no abastecimento de energia

O Globo com G1

RIO — As balsas trazendo geradores termelétricos, movidos a combustível, chegaram ao Amapá na segunda-feira. Os equipamentos serão instalados nas subestações da capital, Macapá, e da cidade de Santana. Trata-se de uma solução provisória para tentar aumentar e atingir 100% da capacidade de fornecimento de energia ao estado, que sofre há 15 dias com um apagão que atinge 13 dos 16 municípios.



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24750619-1bf-4b1/FT1086A/652/xBalsa-com-geradoresReproducao-TV.jpg.pagespeed.ic.Woa6lDAzpf.jpg>

Balsa com 37 geradores termelétricos chegou segunda-feira ao Amapá Foto: Reprodução TV

De acordo com o G1, as balsas, que vieram de Manaus pelo Rio Amazonas e chegaram na área portuária de Santana, serão distribuídas às subestações da Eletronorte. As estruturas também passaram por alterações para receber os cerca de 40

geradores.

Os equipamentos vão permitir de forma provisória restabelecer em 100% a energia para o estado,



mas a capacidade de atendimento vai aumentar aos poucos, a medida que cada gerador for entrando em operação. Sendo assim, o prazo para retomada total ainda é indefinido.

<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24750621-adf-d76/FT1086A/652/xUsina-Termeletrica-de-SantanageradoresReproducao-TV.jpg.pagespeed.ic.Qibme0LOGJ.jpg>

Usina termelétrica de Santana vai receber os geradores que chegaram segunda-feira ao Amapá Foto: Reprodução de Tv/ Rede Amazônica

A Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) declarou, na semana passada, que o fornecimento total de energia só deve ser normalizado no dia 26 deste mês, mas o prazo depende do planejamento feito pelo Ministério de Minas e Energia.

Documentos do Operador Nacional do Sistema (ONS) revelados pelo Jornal Nacional apontam que a previsão de conclusão do conserto vem sendo adiada sucessivamente desde o primeiro semestre, deixando a subestação sem plano de emergência há quase um ano. O prazo já foi maio, junho e setembro. No último dia 6, três dias após o incêndio, a LMTE deu ao ONS novo prazo: maio de 2021.

Demora nos serviços de manutenção

De acordo com a Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE), empresa responsável pela subestação de energia que pegou fogo em Macapá, para garantir o abastecimento com segurança e reserva de energia é necessária a instalação de um segundo transformador nessa unidade.

Segundo reportagem do GLOBO, A LMTE demorou pelo menos nove meses para contratar os serviços de manutenção especializada do terceiro transformador da unidade, que estava parado desde dezembro de 2019 e deveria servir como reserva para evitar uma falta de energia no estado.

Apagão no Amapá: Com falta de água potável, aumentam casos de crianças com vômitos e diarreia



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24743826-fac-f5a/FT1086A/652/xAmapainspecaoDivulgacao-Policia-Civil.jpg.pagespeed.ic.wJlakNcyXK.jpg>

Técnicos realizam inspeção na subestação com transformador incendiado ao fundo Foto: Divulgação/Polícia Civil

No entanto, a manutenção foi contratada menos de dois meses antes do incêndio, no último dia 3, que deixou 90% da população do Amapá no escuro. A informação faz parte do processo em que o juiz João Bosco Costa

determinou o restabelecimento da energia no estado nesta semana.

Como o GLOBO revelou no sábado, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) não fez fiscalizações presenciais na subestação desde que o equipamento entrou em operação, há cinco anos. Essa informação foi confirmada na inspeção judicial, na qual o representante da Aneel disse que a agência “não possui o quantitativo de servidores suficientes para a análise in loco”.

A montagem do novo transformador está prevista para esta semana. Na segunda-feira, o transformador, que pesa cerca de 100 toneladas, começou a ser transportado de Laranjal do Jari, no sul do estado, numa operação logística que envolve balsas e caminhões.

Até a instalação do transformador, os geradores termelétricos devem produzir cerca de 45 megawatts de energia, o suficiente para atingir 100% da carga necessária para o estado, que hoje é de cerca de 90%.

A subestação que falhou é a única responsável por fazer a conexão do Amapá ao Sistema Interligado Nacional (SIN), a rede federal de eletricidade. Ela foi projetada para operar com três transformadores, dos quais um deveria operar como reserva para garantir o suprimento de eletricidade do estado.

Foi esse transformador reserva que estava inoperante desde dezembro do ano passado, mas só teve o contrato de manutenção assinado neste ano.

A subestação que deu problema começou a ser operada em 2015 pela LMTE, que tem outras três na Região Norte. A LMTE pertence à Gemini Energy, formada a partir de ativos da espanhola Isolux, em recuperação judicial.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 17/11/2020

o antagonista

O ANTAGONISTA

EM CARTA A DEPUTADOS, CHORÃO PEDE RETIRADA DE URGÊNCIA DA BR DO MAR

Por César Feitoza



<https://cdn.oantagonista.net/cdn-cgi/image/fit=contain,width=1020,height=555/uploads/2019/07/14073135-high.jpeg>

Foto: Eduardo Knapp/Folhapress

A Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava) enviou uma carta a deputados para pedir a retirada da urgência da BR do Mar, projeto de Tarcísio Freitas para abrir o setor de cabotagem.

No texto, assinado por Wallace Landim, o Chorão, a Abrava defende a necessidade de se aperfeiçoar a legislação sobre a cabotagem, mas sustenta que a proposta “não pode significar o esmagamento da categorias dos caminhoneiros autônomos”.

“Gostaríamos frisar que o transporte em longas distâncias representa uma fatia do mercado de transporte rodoviário extremamente relevante para os autônomos, com uma perda estimada em cerca 40% dos seus trabalhos.”

O Ministério da Infraestrutura disse a O Antagonista que os dados são “falsos” e que a categoria não será prejudicada em 40%.

Na carta, Chorão destaca que a BR do Mar aumentará a concentração de mercado para as empresas estrangeiras que já dominam o setor de cabotagem no Brasil.

“Não podemos admitir ficar nas mãos de poucas empresas, levando nosso transporte rodoviário ao controle de estrangeiros. Essas contêineres estrangeiras são dominantes e querem ter controle de toda cadeia, seja dos terminais portuários, dos despachantes aduaneiros, dos práticos, dos rebocadores, do transporte rodoviário e de tudo que puderem.”

A BR do Mar tramita na Câmara com urgência e tranca a pauta da Casa desde setembro. Ricardo Barros, como mostramos, quer votar o texto nesta quarta (18). Antes, o líder tenta um acordo com líderes partidários.

Em nota, o Ministério da Infraestrutura afirmou que as afirmações de Chorão são “falsas e sem nenhum amparo técnico”.

“Não há qualquer relação entre a abertura do setor de cabotagem com uma suposta concentração do mercado rodoviário de cargas. A lógica por trás do projeto caminha no sentido inverso: atrair novas empresas para o setor amplia o mercado de contratação para caminhoneiros autônomos, uma vez que a cada nova linha de cabotagem, duas novas linhas rodoviárias são criadas e a

competição entre empresas do setor tende a ampliar a demanda sobre o transporte complementar.”

Fonte : O Antagonista

Data : 17/11/2020

PARA DIMINUIR RESISTÊNCIA, BARROS LEVA LÍDERES PARA ALMOÇAR COM TARCÍSIO

Por César Feitoza



https://cdn.oantagonista.net/cdn-cgi/image/fit=contain,width=1020,height=555/uploads/2020/09/50393519888_5ec5d39a70_o.jpg

Foto: Alan Santos/PR

Ricardo Barros realizou uma reunião nesta manhã com líderes partidários. O governista tenta construir um acordo para votar amanhã, na Câmara, a BR do Mar, projeto de Tarcísio Freitas para abrir o setor da cabotagem.

Segundo relatos feitos a O Antagonista, o Centrão não se mostrou disposto a sair da obstrução,

como Barros havia dito na semana passada.

Para encontrar diminuir a resistência, o líder do governo Jair Bolsonaro levou líderes da base governista para um almoço com Tarcísio Freitas, no Ministério da Infraestrutura.

Fonte : O Antagonista

Data : 17/11/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

EMPREGO VAI CRESCER EM 2021 E DADOS SÃO CLAROS, DIZ SECRETÁRIO

Por Lorena Rodrigues e Eduardo Rodrigues

Brasília - O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, avaliou nesta terça-feira, 17, os altos custos de contratação com carteira assinada no Brasil precisam ser endereçados e alegou que o governo tem trabalhado em várias frentes para reduzir a burocracia e o custo para se contratar no País.

“O emprego vai crescer em 2021. Os dados são muito claros que o grosso do desemprego vem do setor informal, que voltará a contratar com a volta dos serviços e a redução das medidas de distanciamento social”, afirmou Sachsida. “Vamos ter que devolver ao trabalhador o inalienável direito de escolher para quem e quando trabalhar. Se ele quer trabalhar, deixa ele em paz”, completou.

Setores

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia comentou que os desempenhos do comércio, indústria e consumo estão em valores pré-crise. O Ministério da Economia revisou sua projeção para a recessão em 2020, espera agora uma queda de 4,5% no Produto Interno Bruto (PIB) neste ano. Anteriormente, a retração estimada para a economia neste ano era de 4,70%.

“Indicadores antecedentes do PIB como papelão ondulado e venda de óleo diesel, já estamos em valores superiores ao de antes da crise, assim como o fluxo de veículos pesados. Isso nos dá muita confiança de que estamos no caminho de uma retomada sustentável”, afirmou o secretário.

Segundo Sachsida, a retomada da atividade no terceiro trimestre foi puxada pelos setores de comércio e indústria, enquanto o resultado do quarto trimestre de 2020 deverá se impulsionado pelo setor de serviços.

Sashcida lembrou que a maior parte do desemprego vem do setor informal, que tem mais flexibilidade que o setor formal para recontratar. “A população ocupada irá crescer em 2021 de maneira muito rápida com a redução do distanciamento social.”

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 17/11/2020

INCERTEZAS COM ECONOMIA NO PRÓXIMO ANO LEVAM EMPRESAS A REFORÇAR CAIXA

Levantamento mostra que empresas de capital aberto chegaram ao final do 3.º trimestre com R\$ 483,9 bilhões nos seus cofres, um aumento de 65% em relação a setembro de 2019

Por Matheus Piovesana, O Estado de S.Paulo

Depois de um primeiro semestre de perdas por conta da pandemia do novo coronavírus, as empresas colocaram as barbas de molho – e o dinheiro no caixa. Levantamento feito pela Economatica a pedido do Estadão/Broadcast mostra que, na comparação com setembro de 2019, o dinheiro disponível nos cofres das mais de 360 empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) aumentou 65%. O movimento não é gratuito. Segundo analistas, os empresários buscam conforto não só para atravessar o atual momento como para fazer frente aos efeitos esperados com o fim de estímulos como o auxílio emergencial e uma eventual segunda onda da covid-19 no País.

De acordo com os balanços já publicados pelas empresas, o montante acumulado estava em R\$ 483,9 bilhões no terceiro trimestre deste ano. As fontes dos recursos são variadas, mas a maior parte do dinheiro veio por meio da emissão de novas dívidas – como debêntures.

No consolidado da B3, a dívida líquida (ou seja, subtraindo o caixa) das empresas aumentou em 12%, e chegou a R\$ 1,2 trilhão – equivalente a 16% do PIB brasileiro em 2019. “As empresas estão se endividando para pagar o capital de giro, e não para investir”, afirma Joelson Sampaio, coordenador do curso de Economia da Escola de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Segundo Carlos Eduardo Daltozo, co-chefe de renda variável da Eleven Financial, as gigantes da Bolsa refletem uma tendência que se espalhou por toda a economia, indo, inclusive, aos pequenos negócios. “Vimos esse efeito começar desde o fim de março, inclusive nos balanços dos bancos, que aumentaram a carteira de crédito para grandes empresas”, diz ele. “O governo se utilizou de alguns instrumentos, como o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), para que os recursos também chegassem às pequenas empresas.”

A baixa dos juros deu sua parcela de contribuição ao reforço de caixa das empresas. Com a Selic em 2% ao ano, na mínima histórica, e os juros lá fora próximos a zero, o custo de pegar dinheiro emprestado caiu drasticamente. “O nível de alavancagem das empresas pode ser o mesmo ou até maior do que na última recessão, mas o gasto com juros está muito menor”, afirma Vitor Miziara, chefe de alocação da Criteria Investimentos. Como exemplo, ele cita a rede de lojas Marisa, que incrementou o caixa em 87%. “A Marisa é muito endividada, então é sensível à queda de juros”, explica. “Para ela, a redução das taxas é bem positiva.”

Parte dos recursos da Marisa veio de uma oferta de ações feita no ano passado, mas, no auge da pandemia, empresas como a Via Varejo buscaram dinheiro no mercado. O movimento só foi possível graças aos juros baixos, que aumentaram o apetite dos investidores por ações e títulos de dívida. “É um elemento que não existia antes: o mercado tem apostado muito na recuperação rápida e nos pacotes de incentivo”, diz Sampaio, da FGV.

Cautela

De acordo com o levantamento da Economatica, a “campeã de liquidez” da B3 é a Ambev, que aumentou o caixa em 44% em um ano e ficou com mais folga para contratar dívidas – em setembro, o caixa da cervejaria era suficiente para pagar as dívidas e gerar sobras de R\$ 16,3 bilhões. Mas isso não significa que a empresa planeje sair torrando dinheiro.

Ao apresentar os resultados do terceiro trimestre, o diretor financeiro da companhia, Lucas Lira, foi claro: “Estamos mantendo a liquidez, porque vivemos um ambiente de volatilidade.”

Um dos fatores que tornam o cenário para o próximo ano incerto é a retirada do auxílio emergencial a partir de janeiro. A princípio, o benefício, pago a desempregados e trabalhadores informais, acaba no próximo mês. O governo federal, porém, tem acenado com medidas alternativas, como a criação de um novo programa de microcrédito, com financiamentos máximos de R\$ 5 mil.

Como mostrou o Estadão, a Caixa já teria separado R\$ 10 bilhões para financiar parte do programa. A ideia da equipe econômica é chegar a R\$ 25 bilhões por meio de transferência de outras receitas e mudanças nos compulsórios dos bancos.

Alguns especialistas dizem que, com o fim do auxílio, poderá haver redução de consumo e um efeito cascata na economia. Há ainda o receio de nova aceleração das infecções pelo covid-19. Na última semana, hospitais da Grande São Paulo têm relatado o aumento dos registros da doença.

Miziara, da Criteria, afirma que as empresas ainda preferem priorizar, em seus anúncios, a retomada da demanda. “Hoje, não se coloca na conta que vai haver uma quarentena”, diz ele. “Pode haver algum tipo de restrição, mas não na mesma escala.”

O vice-presidente financeiro e de relações com investidores da aérea Azul, Alexandre Malfitani, manifestou essa visão ao comentar os números da empresa no terceiro trimestre, mas também manteve certa cautela. “A demanda está forte e as reservas também, mas ninguém tem capacidade de garantir que a crise acabou”, afirmou.

Os números da Azul exemplificam o cenário que o setor enfrentou neste ano – e as dívidas que gerou. O caixa da companhia caiu 6%, número pequeno diante da baixa na demanda no período. Mas a dívida saltou 813%, como reflexo da busca por capital de giro pela companhia em meio à paralisação dos voos. O número não inclui a emissão de R\$ 1,7 bilhão em debêntures, concluída em novembro, e que também contará como dívida.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 17/11/2020

'MICROCRÉDITO NÃO É AUXÍLIO, É PARA QUEM PODE PAGAR DE VOLTA', DIZ PEDRO GUIMARÃES

Banco público quer emprestar R\$ 10 bilhões para 10 milhões de microempreendedores no ano que vem, enquanto planeja abertura de capital de braço digital

Por Aline Bronzati e André Ítalo, O Estado de S.Paulo

Entrevista com

Pedro Guimarães, presidente da Caixa Econômica Federal

A Caixa Econômica Federal quer estar presente desde a Nasdaq, bolsa de tecnologia nos Estados Unidos, à palma da mão de catadores de lixo reciclável no Brasil. E é por meio do seu “novo” banco digital que a instituição quer chegar a esses extremos. Após aprovações internas, o objetivo é, conforme o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, encaminhar ainda este mês o pedido de bênção ao Banco Central para tocar a abertura de capital do negócio, que poderá ser feita na bolsa americana.

Enquanto isso, a instituição segue estruturando o futuro de seu banco digital. Um dos impulsos virá de uma linha de microcrédito, um dos planos do governo Bolsonaro para atenuar os impactos do fim do auxílio emergencial. A Caixa pretende colocar à disposição ao menos R\$ 10 bilhões para 10 milhões de microempreendedores. Eles terão acesso a empréstimos com valor de R\$ 1 mil, três a cinco anos de prazo de pagamento e juros potencialmente abaixo dos praticados no mercado.

“O microcrédito não é auxílio. O auxílio é transferência. O microcrédito é um crédito, para aqueles que têm condição de pagar a Caixa de volta”, afirmou Guimarães, em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast. Veja trechos:



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/6/3/1605581315936.jpg>

Pedro Guimarães

Caixa encaminhará pedido ao BC para listagem de operação digital, diz Guimarães. Foto: WALTERSON ROSA

Como está a operacionalização do programa de microcrédito, em estudo pelo governo, para atenuar o fim do auxílio emergencial?

O microcrédito sempre foi uma chave dessa gestão. Foi o único ponto que não tínhamos conseguido implementar de fato porque não havia a parte digital – não há microcrédito

de larga escala sem o digital. Com a pandemia, tivemos o desafio gigantesco de realizar os pagamentos do auxílio emergencial. Hoje, temos o banco digital com 105 milhões de clientes, dos quais 80 milhões são ativos. Vamos usar essa plataforma para o microcrédito.

Qual o orçamento?

Não temos limitação de capital nem de funding. Serão para quantas pessoas puderem pagar a Caixa de volta. O microcrédito não é auxílio. O auxílio é transferência, o microcrédito é um crédito. Aquelas pessoas que não têm condição de pagar crédito são pessoas de transferência de renda. O número de 10 milhões de clientes para o microcrédito já temos certeza. Pode ser mais, desde que caiba nos modelos de risco de crédito. Temos uma carteira (de crédito total) de R\$ 750 bilhões. Se falarmos de R\$ 10 bilhões para microcrédito com média de R\$ 1 mil por cliente, dá 1,5% da nossa carteira. Não é nada.

Qual será o público-alvo?

Temos vários públicos: comércio, reciclagem, cooperativa, profissionais liberais. Eu estava no 82.º Caixa Mais Brasil, em Cuiabá, num lixão. Lá, tem uma comunidade com 35 membros e essas pessoas pegam o lixo e vendem para o reciclador. Todos têm CPF, receberam auxílio. São iniciativas como essa que vamos fazer. O banco digital que estamos operando, com microcrédito, conversa com banco com 25 mil pontos de venda e 250 mil pessoas trabalhando. A força da Caixa está em ter um banco digital com 105 milhões de contas e estar no Brasil inteiro.

Como estão os planos de criar o banco digital?

Já temos todo o trabalho. É uma discussão com o Banco Central (BC). Pode ser em seis meses. Não há restrição de aporte de capital. Não há nenhum banco digital no Brasil que vá pagar 35 milhões de pessoas todos os meses, dos benefícios sociais. Além disso, são pelo menos 10 milhões de pessoas no microcrédito. Alguns podem conversar (entre si). Na primeira faixa do Minha Casa Minha Vida, as pessoas também terão o banco digital. Só aí são mais 7 milhões de clientes. Temos o Caixa Tem, o aplicativo, que já foi provado, que está na 40.ª versão e já passou por todo sufoco, pagando 90 milhões de pessoas por mês no meio da pandemia.

Foram abertas 105 milhões de poupanças sociais pelo aplicativo da Caixa. Mas qual a garantia de que essas contas terão movimento após o fim do auxílio?

A gente teve mais Pix pelo banco digital do que sem ele. Já oferecemos microsseguros. O microcrédito será obrigatoriamente por meio do banco digital e ainda o Minha Casa, Minha Vida.

Mesmo que eu perca todos os outros, ao menos 50 milhões de pessoas vão falar com a gente (por meio do banco digital).

Mas quando o banco digital estará pronto?

É como a Caixa Seguridade, existe, mas não abriu capital. O que falta é obtermos as autorizações necessárias para fazer o spin-off (separação) e abrir o capital do banco digital. Após a aprovação do conselho de administração, vamos enviar o pedido ao Banco Central. Será este mês ainda. Já estamos conversando com o Banco Central sobre o banco digital.

Como estão as demais aberturas de capitais dos negócios da Caixa?

Nosso foco total é na Caixa Seguridade e na conclusão dos acordos societários já assinados. Já temos equipes escolhidas, produtos e então vamos receber o dinheiro pelos acordos. O plano é fazer a abertura de capital no ano que vem. Seria este ano, mas tivemos muita volatilidade. A gente discute, inclusive, a abertura de capital do banco digital, se for aprovada, fora do Brasil.

Faz sentido Nasdaq, reduto da tecnologia? Será no Brasil e no exterior?

Primeiro, temos ter o banco aprovado e também o IPO. Essa é uma iniciativa, dado o tamanho e relevância do banco digital, que a gente pode fazer (o IPO) no Brasil ou fora. Pode ser dupla listagem também porque, na verdade, as operações de seguridade, asset etc., são tradicionais, a digital é uma inovação total. Quem precifica melhor isso? Muito melhor lá fora do que aqui.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 17/11/2020

GOVERNO INTENSIFICA NEGOCIAÇÃO PARA DESTRAVAR PAUTA ECONÔMICA COM MEDIDAS DE CONTENÇÃO DE GASTOS

Para fazer andar a PEC emergencial, governo trabalha para incluir no texto a possibilidade de dar reajustes menores que a inflação para benefícios acima de um salário mínimo

Por Adriana Fernandes, Idiana Tomazelli e Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Lideranças do governo intensificaram nesta terça-feira, 17, a costura política para a apresentação do relatório do senador Márcio Bittar (MDB-AC) sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) emergencial, que trará medidas de contenção de gastos do governo federal. Bittar teve uma reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para acertar detalhes técnicos do projeto.

Nova reunião deverá acontecer amanhã com a presença de Bolsonaro para definir se o parecer de Bittar será liberado na próxima semana. A estratégia em negociação é primeiro apresentar o relatório e ver a sua repercussão para então testar a viabilidade de votar no Senado ainda em 2020.

Segundo apurou o Estadão, trabalha-se para incluir no texto uma proposta de desindexação de benefícios acima de um salário mínimo. Ou seja, permitir que tenham reajuste menores que a inflação. Com a medida, abriria-se espaço no Orçamento ao novo programa social desejado pelo presidente Jair Bolsonaro para substituir o Bolsa Família.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/7/0/1605654445907.jpg>

Governo ainda vai decidir se parecer de Márcio Bittar será liberado na próxima semana. Foto: Ueslei Marcelino/Reuters

Fontes envolvidas nas negociações informaram que ocorrerão também outras reuniões de natureza política entre hoje e amanhã para definir a pauta. A perspectiva dessas reuniões animaram investidores do mercado ao longo do dia. A expectativa é de que na próxima quinta-feira já haja uma

definição política sobre a pauta econômica.

Lideranças do Congresso informaram que entre hoje e amanhã deve haver um acordo para solucionar a briga política em torno da instalação da Comissão Mista de Orçamento (CMO). O colegiado até agora não começou os trabalhos porque, de olho nas eleições para o comando da Câmara dos Deputados a partir de fevereiro de 2021, diferentes grupos políticos reivindicam a presidência da comissão sem que haja um consenso. A disputa trava as votações da Câmara e retardam a discussões em torno da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual.

Uma das possibilidades em discussão é deixar a presidência do colegiado ser definida na votação dos membros da CMO ao invés de se escolher o nome por um acordo entre os partidos, como é tradicionalmente feito. Atualmente, a presidência da comissão é disputada pelo deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), aliado do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e pela deputada Flávia Arruda (PL-DF), indicada pelo Centrão. O nome de Nascimento foi definido ainda em fevereiro pelos maiores partidos da Câmara.

No entanto, com a saída do DEM e do MDB do "bloco", em julho deste ano, o líder desse grupo, o deputado Arthur Lira (PP-AL), decidiu indicar Arruda. O imbróglio tem como pano de fundo a sucessão da presidência da Câmara, já que o controle da CMO tem a capacidade de atrair votos.

Hoje, esse grupo formal da Câmara, é composto por PL, PP, PSD, Solidariedade e Avante, todos da base do governo e com o total de 135 deputados. Apesar das tentativas de entendimento, os parlamentares, no entanto, ainda não bateram o martelo em uma solução que pudesse levar ao fim da obstrução dos partidos da base do governo e a retomada das votações. "Os diálogos seguem de forma permanente, mas sem definição por enquanto", disse o líder do DEM, Efraim Filho (PB).

Prazo apertado

Dentro do governo, o desfecho esperado é que a LDO e o Orçamento acabem sendo votados diretamente no plenário, diante dos prazos exíguos e da demora na instalação da CMO. A Lei de Diretrizes Orçamentárias precisa ser votada obrigatoriamente este não para evitar um apagão de gastos no início de 2021.

No Senado, uma pauta preliminar foi fechada hoje em reunião com o presidente Davi Alcolumbre (DEM-AP). Fontes informaram, no entanto, que há uma queda de braço entre Alcolumbre e o ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, em torno do projeto que retoma o modelo antigo de concessões de linhas de ônibus interestadual por meio de permissão, revertendo mudança para o modelo de autorizações feita nos últimos anos. Alcolumbre não aceitou votar primeiro o projeto da concessão ferroviária. Tarcísio trabalha para derrubar o projeto que veda as autorizações.

Uma reunião amanhã deverá definir também a data de votação da Lei de Gás, que ficou fora da lista preliminar definida hoje pelo presidente do Senado. Uma das vitórias apontadas é ter acertado ordem do dia para a próxima semana.

Na pauta do Senado para amanhã, estão previstos o PLP 133/2020 de repasses da Lei Kandir, prorrogação do Pronampe (a linha de crédito subsidiada para pequenos negócios) e o auxílio financeiro de R\$ 4 bilhões ao setor de transporte público coletivo de passageiros.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 17/11/2020

CADE DEVE APROVAR AMANHÃ VENDA DA MARGARINA DELÍCIA DA BUNGE PARA A SEARA

Tendência é que a operação entre a empresa americana e a marca controlada pela JBS seja aprovada sem restrições; negócio custou R\$ 700 milhões

Por Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) deve aprovar amanhã a venda do negócio de maionese e margarina da Bunge para a Seara Alimentos.

Segundo fontes que acompanham o julgamento, a tendência é que a operação seja aprovada sem restrições.

No início do mês, a operação havia sido aprovada pela superintendência-geral do órgão. No fim de outubro, 26, porém, o conselheiro Luis Braido decidiu puxar o caso para o tribunal do Cade para aprofundar a análise.

Pelas regras do conselho, a superintendência-geral pode aprovar negócios que considere não serem prejudiciais à concorrência. Se entender que existem riscos ou que é necessária uma avaliação maior, o tribunal do Cade pode avocar o processo, ou seja, reabrir o processo e levá-lo a julgamento. Foi o que aconteceu na operação entre a Bunge e a Seara.

O acordo entre a companhia norte-americana e a JBS, controladora da Seara, foi anunciado em dezembro passado e notificado ao Cade em janeiro. Segundo a JBS, o negócio custou R\$ 700 milhões e envolve três fábricas: em São Paulo, Santa Catarina e Pernambuco.

A concretização da operação resultará na ampliação da capacidade produtiva da Seara no negócio de margarinas e permitirá a sua entrada no mercado de maioneses. Pelo acordo, a Seara vai adquirir diversas marcas, como Delícia, Primor e Gradina.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 17/11/2020

SERVIDORES DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO AMEAÇAM PARAR FISCALIZAÇÃO DE BARRAGENS

Em documento enviado à cúpula da ANM, os servidores afirmam que os valores das diárias estão defasados e cobram atualização

Por Mariana Durão, O Estado de S.Paulo

RIO - A equipe de segurança de barragens da Agência Nacional de Mineração (ANM) avisou à diretoria do órgão regulador no último dia 5 que vai parar a fiscalização in loco de parte das estruturas das mineradoras. Os servidores reclamam que os valores das diárias pagas para viagens estão defasados e afirmam que estão pagando para trabalhar.

Nos últimos cinco anos, o Brasil foi palco de duas das maiores tragédias ambientais e humanas da história, com o rompimento das barragens da Samarco em Mariana e da Vale em Brumadinho, ambas no Estado de Minas Gerais. Os desastres mataram quase 300 pessoas. Atualmente há cerca de 769 barragens registradas no Cadastro Nacional de Barragens de Mineração (CNBM).

No informe enviado à alta cúpula da ANM em 5 de novembro, os servidores reclamam que as diárias pagas para viagens são desproporcionais aos preços das diárias cobradas por hotéis e pousadas três estrelas. Os valores de diárias para servidores e militares foram definidos pelo decreto presidencial 6.907/2009, ou seja, 11 anos atrás.

Os técnicos afirmam que, para poder vistoriar as barragens sem "tirar dinheiro do próprio bolso", ou seja, "pagar para trabalhar", "precisam dormir em hotéis de má qualidade, muitas vezes sem as condições necessárias para o repouso adequado após uma ação fiscalizatória que demanda esforço físico, geralmente dividindo quarto com mais um ou dois colegas".

Mesmo com as medidas, afirmam que em alguns casos a fiscalização se torna inviável, já que além de hospedagem há custos com alimentação e deslocamento.

A título de exemplo, os servidores relatam que na última fiscalização feita em Paracatu (MG), no mês de outubro, o custo foi de R\$ 204 por dia, mas os fiscais receberam apenas R\$ 162,84.

Eles pedem a atualização monetária simples das diárias, que hoje variam de R\$ 177 a R\$ 224,20, para valores de R\$ 348,53 a R\$ 441,48. Pelos cálculos apresentados à diretoria da ANM, no interior de Minas Gerais, onde se concentra a maior parte das barragens de mineração, o custo médio diário de atuação pode superar R\$ 400.

No documento, a equipe de barragens diz que o primeiro alerta a respeito foi dado em maio. Passados seis meses sem uma solução, resolveu cruzar os braços e não vistoriar barragens situadas em locais onde os custos não forem compatíveis com o valor das diárias recebidas.

Procurada, a ANM informou que o reajuste das diárias é de competência do Ministério da Economia e que até o momento não tem notícias de fiscalizações suspensas.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 17/11/2020

Valor
ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

EQUINOR ESTUDA SEGUNDA FASE DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPO DE BACALHAU

Bacalhau será o primeiro campo em águas profundas desenvolvido pela companhia norueguesa fora do seu país

Por Gabriela Ruddy, Valor — Rio



[https://s2.glbimg.com/Zb9P2LBvwwj5LbBqWIDXuxpSsQ=/0x0:1024x576/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/w/j/rD0QAeRRuMWvCKDm3q9A/equinor.jpg](https://s2.glbimg.com/Zb9P2LBvwwj5LbBqWIDXuxpSsQ=/0x0:1024x576/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/w/j/rD0QAeRRuMWvCKDm3q9A/equinor.jpg)

— Foto: Divulgação/Equinor/Arquivo

Bacalhau será o primeiro campo em águas profundas desenvolvido pela companhia norueguesa fora do seu país

A companhia norueguesa Equinor já começou a estudar a segunda fase de desenvolvimento do campo de Bacalhau, na Bacia de Santos, disse a presidente interina da petroleira no Brasil, Letícia Andrade, durante o 3º fórum técnico da estatal na manhã desta terça-feira (17). “Vamos adquirir sísmicas e fazer estudos para definir a segunda fase”, disse a executiva.

Bacalhau será o primeiro campo em águas profundas desenvolvido pela companhia fora da Noruega. No início do ano, a companhia fechou um acordo de “front end engineering and design” com compromissos antecipados e pré-investimentos para o campo com a Modec, incluindo um FPSO e a integração submarina, que farão parte da primeira etapa de desenvolvimento da área. A expectativa é que a plataforma entre em operação em 2024, com capacidade para produzir 220 mil barris por dia de petróleo.

O campo de Bacalhau foi declarado comercial a partir da descoberta de Carcará, no bloco BM-S-8. A área é operada pela Equinor, com 40% da concessão, em parceria com a norte-americana ExxonMobil (40%), e Petrogal Brasil (20%) e Pré-sal Petróleo (PPSA, que representa os interesses da União no contrato de partilha).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 17/11/2020

PPSA: PRODUÇÃO ACUMULADA DA UNIÃO NO PRÉ-SAL PODE ARRECADAR US\$ 75,3 BI DE 2021 A 2030

Volume da União nos 17 contratos atualmente vigentes no modelo de partilha deve alcançar 1 bilhão de barris no período, diz presidente

Por Gabriela Ruddy, Valor — Rio

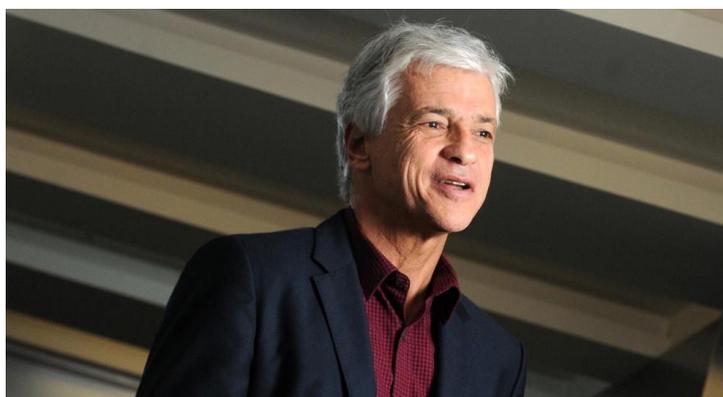
Volume da União nos 17 contratos atualmente vigentes no modelo de partilha deve alcançar 1 bilhão de barris no período, diz presidente

A produção acumulada da União nos contratos de partilha pode arrecadar US\$ 75,3 bilhões entre 2021 e 2030, de acordo com o presidente da Pré-Sal Petróleo (PPSA), Eduardo Gerk. Durante o 3º fórum técnico da estatal, nesta terça-feira, Gerk afirmou que a produção acumulada da União nos 17 contratos atualmente vigentes no modelo de partilha deve alcançar 1 bilhão de barris no período. “A produção mais acentuada se dará na segunda metade da década”, afirmou.

A estimativa é que os contratos de partilha estarão produzindo, ao todo, uma média de 3,7 bilhões de barris/dia em 2030, sendo responsáveis por 2/3 da produção total brasileira, que deve chegar a 5,26 bilhões de barris/dia ao final da década.

Investimentos

Esses 17 contratos de partilha da produção atualmente vigentes no Brasil devem demandar US\$ 122,7 bilhões em investimentos entre 2021 e 2030, disse Gerk.



[https://s2.glbimg.com/UyA9FUqfOzhVrLnGbyAT7pFf8U=/0x0:1548x845/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/d/v/rkysKOSRGYyZwYBEw33g/15emp-100-ppsa-b4-img01.jpg](https://s2.glbimg.com/UyA9FUqfOzhVrLnGbyAT7pFf8U=/0x0:1548x845/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/d/v/rkysKOSRGYyZwYBEw33g/15emp-100-ppsa-b4-img01.jpg)

— Foto: Leo Pinheiro/Valor

A estatal, que é responsável por representar a União nos contratos, estima que os investimentos devem partir

de US\$ 6,3 bilhões em 2021 e chegar ao pico anual de US\$ 19,8 bilhões em 2028, caindo para US\$ 10,4 bilhões ao final da década.

Ao todo, a PPSA prevê uma demanda de 24 plataformas do tipo FPSO para as áreas no período, com investimentos estimados em US\$ 43 bilhões. Outros US\$ 36,7 bilhões devem ser destinados para sistemas submarinos e US\$ 43 bilhões para perfuração de 387 poços nas áreas.

Royalties e impostos

A União deve receber US\$ 72,4 bilhões em royalties e US\$ 56,7 bilhões em impostos federais nos 17 contratos entre 2021 e 2030, estima a PPSA. No ano que vem, as receitas com royalties devem totalizar US\$ 1,3 bilhão, subindo para o valor anual de US\$ 15,3 bilhões em 2030.

De acordo com a PPSA, considerando a receita estimada com a comercialização do óleo da União, os royalties advindos da produção em regime de partilha de produção e os tributos recolhidos pelas empresas produtoras, o total de recursos para os cofres públicos poderá alcançar cerca de US\$ 204,4 bilhões no período 2021-2030.

No regime de partilha, incide uma alíquota de 15% de royalties sobre o valor da produção, divididos entre a União (22%), Estados e Distrito Federal (46,5%) e municípios (31,5%). As empresas produtoras também recolhem IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 17/11/2020

PETROBRAS ESPERA ‘EM BREVE’ SEGUIR COM CONTRATAÇÃO DE PLATAFORMAS PARA BÚZIOS

Campo já tem quatro delas em produção, além de uma quinta contratada, e iniciou neste ano contratação de mais três

Por Gabriela Ruddy, Valor — Rio

Campo já tem quatro delas em produção, além de uma quinta contratada, e iniciou neste ano contratação de mais três

A Petrobras já estuda as próximas quatro plataformas a serem contratadas para o campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos, disse o gerente-geral do campo, Mário Khan, durante o 3º fórum técnico da estatal na manhã desta terça-feira (17). “A gente espera muito em breve poder dar prosseguimento à estratégia de contratação”, disse o executivo.

Até o momento, o campo já tem quatro plataformas em produção, além de uma quinta contratada, o FPSO Almirante Barroso. Este ano, a petroleira iniciou a contratação de mais três unidades, o FPSO Almirante Tamandaré e as unidades P-78 e P-79.

O campo de Búzios, descoberto em 2010, é o maior campo de petróleo em águas profundas do mundo. A previsão é que o campo opere com 12 plataformas ao todo até o final da década. Ao término da fase de desenvolvimento, é esperado que a área produza mais de 2 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), tornando-se o maior ativo de produção da estatal.



[https://s2.glbimg.com/5wXn218zPQ6Q5FneNZxlz_Ncfbg=/0x0:600x450/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/N/I/Dd5eo1SQakpLCmWoX83A/plataforma-p75-no-campo-de-buzios-pre-sal-bacia-santos.png](https://s2.glbimg.com/5wXn218zPQ6Q5FneNZxlz_Ncfbg=/0x0:600x450/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/N/I/Dd5eo1SQakpLCmWoX83A/plataforma-p75-no-campo-de-buzios-pre-sal-bacia-santos.png)

Plataforma P-75 da Petrobras no campo de Búzios, pré-sal da Bacia de Santos — Foto: Divulgação/Petrobras

A Petrobras deve contratar também uma sísmica 4D para o campo de Búzios, disse Khan. “Vamos usar esta tecnologia com certeza. Vemos bastante valor na sísmica 4D, especialmente num reservatório desta

magnitude. Isso vai permitir que se olhe como estão se comportando todos os fluidos”, afirmou.

A estatal também apostará na tecnologia de gêmeos digitais no reservatório de Libra, também no pré-sal de Santos. Segundo a gerente-executiva da área, Mariana Paes, o objetivo será ajudar na redução do tempo de manutenção de ativos e evitar falhas. “Com isso, a gente consegue garantir maior eficiência e disponibilidade dos equipamentos”, afirmou a executiva.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 17/11/2020

FOLHA DE S. PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

VENDA DE ÓLEO DO PRÉ-SAL PODE RENDER R\$ 400 BI À UNIÃO ATÉ 2030, DIZ ESTATAL

A PPSA (Pré-sal Petróleo SA) calcula que os contratos de partilha da produção, aqueles em que a União tem participação no petróleo extraído, renderão ao governo US\$ 75,2 bilhões (cerca de R\$ 407 bilhões, na cotação atual) nos próximos dez anos.

A empresa está na lista de privatizações em estudo pelo Ministério da Economia. O processo de venda representaria, na prática, antecipar parte dessa receita, que está concentrada nos últimos quatro anos da próxima década.

A arrecadação representa a parcela que pertence à União em 17 contratos de partilha da produção já licitados pelo governo. O primeiro deles foi o campo de Libra, vencido por um consórcio liderado pela Petrobras em 2013.

Em 2021, os contratos já em operação renderão ao governo US\$ 200 milhões (cerca de R\$ 1,1 bilhão), disse nesta terça (17) o presidente da PPSA, Eduardo Gerk. O valor equivale a uma fatia de 10 mil barris de petróleo por dia sobre uma produção total de 519 mil barris nos contratos de partilha.

Segundo as estimativas da PPSA, a produção nos 17 contratos crescerá até atingir, em 2030, 3,6 milhões de barris de petróleo e gás. Naquele ano, a União terá direito a 629 mil barris de petróleo, o equivalente a US\$ 19 bilhões (R\$ 103 bilhões).

Criados em 2010, os contratos de partilha da produção garantem à União uma parcela do petróleo extraído, definida durante os leilões das áreas: vence a competição a empresa ou consórcio que se comprometer a entregar a maior fatia.

Vale apenas para campos do chamado polígono do pré-sal, área de 149 mil quilômetros quadrados situada entre o litoral paulista e o litoral capixaba, onde estão os maiores campos de petróleo já descobertos no Brasil.

A PPSA tem a missão de gerir a participação da governo nesses contratos. Sua função é fiscalizar os investimentos das petroleiras e vender o petróleo da União.

A empresa estima que serão necessários US\$ 122,7 bilhões (R\$ 670 bilhões) para desenvolver os 17 projetos que hoje operam sob esse regime. Os recursos seriam destinados à contratação de 24 plataformas e os sistemas submarinos e dutos necessários para extrair o petróleo de 387 poços produtores.

Até 2030, diz a estatal, além dos recursos da venda do petróleo da União, os projetos vão gerar US\$ 129,1 bilhões (R\$ 705 bilhões) em royalties e outros impostos.

É sobre a receita com a venda, porém, que recai o interesse do ministro Paulo Guedes. A venda da estatal representaria uma antecipação de parte desses recursos para ajudar a reduzir o déficit fiscal já no início da década.

Na semana passada, o ministro afirmou que o governo vai retomar a agenda de reformas e que quatro grandes privatizações serão feitas até dezembro de 2021. A PPSA foi incluída na lista ao lado de Correios, Eletrobras e Porto de Santos.

Ainda não foi divulgado o modelo de privatização da empresa, cuja criação foi alvo de críticas em relação à implementação de um segundo modelo de contrato para o setor e à maior ingerência do governo nos contratos de petróleo e gás no país.

Até 2010, o Brasil tinha apenas contratos de concessão, que remuneram os governos federal, estaduais e municipais com royalties e participações especiais cobrados sobre campos de grande produtividade, sem qualquer participação do governo na tomada de decisão sobre investimentos.

Enquanto permanece federal, a PPSA ajuda a complementar salários de membros da equipe do Ministério da Economia. Número dois da pasta, o secretário-executivo, Marcelo Guarany, por exemplo, recebe R\$ 7.000 de jetons por participar do conselho da estatal, além de um salário bruto de R\$ 37,8 mil.

Fonte: Folha de São Paulo - SP
Data : 17/11/2020



AGÊNCIA BRASIL - DF

GOVERNO LIQUIDA COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS

É a segunda liquidação de estatal em dois meses

Por Kelly Oliveira – Repórter da Agência Brasil – Brasília

Após dois anos em processo de liquidação, a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (Casemg) foi extinta no fim de outubro, informou hoje (17) o Ministério da Economia. É a segunda liquidação de estatal em dois meses. A Companhia Docas do Maranhão (Codomar) já havia sido extinta no mês de setembro.

De acordo com o ministério, considerando as despesas administrativas e os custos operacionais da companhia, a média anual de gastos entre 2017 e 2020 foi de R\$ 19 milhões. No ano passado, o custo com pessoal e encargos foi de R\$ 8,8 milhões, cerca de 44,2% do total de despesas da empresa. De janeiro a junho deste ano, esse valor chegou ao patamar de 56,9% do total de gastos.

“A lógica de liquidação de uma empresa pública é quando ela não exerce uma função de entrega de serviços públicos relevantes e quando o setor privado não tem interesse em absorver aquela atividade, seja porque ela não é economicamente viável, seja porque a empresa já atingiu um grau de insolvência que a faz incapaz de retomar qualquer atividade”, explicou o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Diogo Mac Cord, em nota. Segundo ele, quando isso acontece, a orientação é de liquidação da empresa devido ao seu valor de mercado negativo.

Constituída em 1957 para armazenagem e ensilamento de produtos do agronegócio, bem como seu comércio e transbordo, a Casemg possuía, em 2016, 18 unidades armazenadoras, seis com superávit. Durante o processo de liquidação, houve alienação de sete bens imóveis, totalizando R\$ 32,8 milhões em vendas, além de destinação dos bens móveis, levantamento do contencioso judicial e extrajudicial e arquivamento e organização de todo o acervo documental da empresa.

O patrimônio remanescente será assumido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) - bens imóveis -, pela Advocacia-Geral da União (AGU) - passivo judicial e extrajudicial - e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - acervo documental e obrigações referentes ao pagamento de pensões.

Codomar

Criada em 1974, a Companhia Docas do Maranhão (Codomar) acumulou prejuízo de R\$ 64 milhões entre 2014 e 2017. Durante o período de liquidação, esses números chegaram a R\$ 152,9 milhões. Segundo o ministério, assim como no caso da Casemg, houve doação de bens móveis, levantamento do contencioso judicial e extrajudicial e arquivamento e organização do acervo documental da empresa. O patrimônio remanescente foi sucedido pela SPU, pela AGU e pelo Ministério da Infraestrutura.

De acordo com o ministério, 46 estatais federais de controle direto passam por um processo de análise que vai verificar aquelas que se enquadram nos critérios combinados de não entregarem serviços públicos e de não terem atratividade econômica para o setor privado.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data : 17/11/2020

COMITÊ DA SOBENA APRESENTA MINUTA DE DESMANTELAMENTO AOS ESTADOS COM POLOS NAVAIS

Por Dérika Virgulino INDÚSTRIA NAVAL 17/11/2020 - 20:40



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/150717-estaleiro-angra.jpg>

O comitê técnico também apresentou a minuta de resolução ao Ministério da Infraestrutura.

O Comitê Técnico da Sociedade Brasileira de Engenharia Naval (Sobena) elaborou uma minuta de resolução sobre desmantelamento de embarcações e estruturas flutuantes. De acordo com o coordenador do comitê, Ronald Carreteiro, há dois meses essa minuta foi apresentada ao Ministério da

Infraestrutura que deve, a partir de agora, prestar os devidos encaminhamentos. O próximo passo do comitê foi apresentar a resolução também aos estados que apresentam pólos navais, dialogando com as secretarias envolvidas com o tema.

De acordo com ele, a resolução percorreu a região Norte do país, o Sul, como o estado do Paraná, bem como os estados da Bahia e Pernambuco. “Regiões onde existem estaleiros de grande porte”, frisou Carreteiro. Ele destacou que o Brasil ainda não possui uma regulamentação específica voltada à atividade de desmantelamento e que tal minuta vem para suprir esta necessidade. Ele lembrou ainda que a Petrobras anunciou investimentos até 2024 na ordem de seis bilhões de dólares e que, para o desenvolvimento de uma indústria naval offshore no país, uma regulamentação sobre o tema é de fundamental importância.

Carreteiro destacou que a resolução nº 817/2020, que dispõe sobre o descomissionamento, não indica sobre quais devem ser as condições para o desmantelamento, onde deva ser realizado. Ele explicou que embora seja comum haver confusão entre ambas, as atividades são distintas. A primeira pode ocorrer no mar, enquanto a segunda é realizada em terra, ou seja, no estaleiro.

A minuta foi elaborada com base no regulamento Europeu sobre desmantelamento que, por sua vez, foi baseada nas Convenções de Hong Kong e de Basiléia. Aquela regulação certifica estaleiros que estão aptos, em termos ambientais, inclusive, para realizar obrigatoriamente o desmantelamento de ativos europeus. No entanto, Carreteiro lembrou que só são 42 estaleiros certificados e que não possui capacidade para atender a demanda do mercado. Assim, tais estaleiros só dão conta de 55% do mercado. Os 45% restantes acabam fazendo em locais que praticam o Beach Method, ou seja, que desmantelam na beira da praia, sem atenção aos trabalhadores nem ao meio ambiente.

Segundo ele, o comitê levou oito meses para elaborar a minuta de resolução. A Marinha do Brasil junto com governo do Estado do Rio de Janeiro foram incentivadores do estudo. Composto por 12 técnicos, o comitê conta com representantes não apenas da Sobena, mas também do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), ex-funcionário da Petrobras, profissionais da construção de naval e de plataformas, entre outros.

Ele informou ainda que os estudos tiveram um pontapé inicial na Diretoria de Portos e Costas (DPC), da Marinha, mas que em seguida foi encaminhado para a Sobena. Carreteiro também coordena os comitês de integridade de ativos; extensão de ativos e desmantelamento.

RELATOR SUGERE PRAZO MAIOR DE AFRETAMENTO A CASCO NU E MENOR INCIDÊNCIA DE AFRMM SOBRE FRETE

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 17/11/2020 - 20:44

Parecer do deputado Gurgel (PSL/RJ) propõe possibilidade de as empresas brasileiras habilitadas no BR do Mar financiarem até 100% dos seus projetos com recursos do FMM para construção em estaleiro nacional.

O deputado federal Gurgel (PSL/RJ) apresentou, nesta terça-feira (17), parecer sobre o texto original e emendas ao projeto de lei 4199/2020 (BR do Mar). A comissão especial rejeitou cerca de 80 das quase 100 emendas apresentadas pelos parlamentares desde quando o governo apresentou o texto do programa de estímulo à cabotagem ao Congresso, em 13 de agosto, recebendo regime de urgência. A comissão também recomendou a inconstitucionalidade da emenda 23. A votação do PL consta na pauta da sessão extraordinária prevista para a tarde desta quarta-feira (18).

A comissão propôs um aumento do prazo previsto para a flexibilização do afretamento a casco nu, com suspensão de bandeira. A proposta é aumentar tal prazo para quatro anos a partir da data de início de vigência como forma de dar maior segurança jurídica e econômica ao atual arcabouço normativo do setor. O texto proposto estabelece datas específicas, mas que a comissão entendeu que seria de três anos. A comissão também acatou a emenda do deputado Paulo Ganime visando maior segurança jurídica em relação à regulamentação dos limites de embarcações afretadas, sem que novos regulamentos prejudiquem situações jurídicas consolidadas.

"Algumas alterações foram propostas nas regras de flexibilização dos afretamentos presentes no texto original. Nossa avaliação é a de que estas regras constituem estrutura complexa que compõe um todo, com incentivos e hipóteses criadas após extenso debate técnico, e que, portanto, não deveriam ser modificadas", considerou o relator em seu voto. Outras emendas foram rejeitadas porque a comissão entendeu que eliminariam a busca pela harmonização das regras de indicação de diretores de agências reguladoras ou porque iam contra a multimodalidade.

O relator apresentou proposta de diminuição do percentual incidente sobre o frete a título de Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) da navegação de longo curso, fluvial e lacustre, igualando-o ao da cabotagem. A proposta foi apresentada em emenda pelo deputado Delegado Furtado e visa diminuir os custos para os setores afetados pelo projeto. Outra proposta acolhida prevê a destinação de parte do Fundo da Marinha Mercante (FMM) a projetos de programas do Comando da Marinha destinados à construção e reparos de embarcações em estaleiros brasileiros, conforme previsto na emenda da deputada Professora Dayane Pimentel.

A comissão também recomendou a possibilidade de as empresas brasileiras de navegação habilitadas no programa BR do Mar financiar até 100% dos seus projetos com recursos do FMM para a construção em estaleiro brasileiro de embarcações de interesse do desenvolvimento da marinha mercante, nos termos da emenda também da deputada Dayane Pimentel.

A comissão propôs ainda que o contrato de uso temporário de instalações portuárias, para atendimento de carga com mercado não consolidado, esteja previsto em uma única lei de regência, especificamente a redação aprovada pela Lei 14.047/2020, sendo retirada da redação do PL. A avaliação é que a Lei 14047 já trouxe alterações na Lei nº 12.815/2013, permitindo que a administração do porto organizado pactue com o interessado na movimentação de cargas com mercado não consolidado o uso temporário de áreas e instalações portuárias localizadas na poligonal do porto organizado, dispensada a realização de licitação. Nove emendas sobre esse assunto foram rejeitadas.

A comissão também sugeriu a eliminação da exigência do certificado de livre prática realizada na navegação doméstica pela Anvisa, bem como outros entraves burocráticos ao desenvolvimento

da cabotagem, entre os quais: a obrigatoriedade de apresentação de conhecimento de embarque e transporte apenas em papel e a forma que os tripulantes estrangeiros serão tratados nas questões migratórias. Sobre esse tema, o relator acolheu a emenda 26. Gurgel acolheu duas emendas de autoria do deputado Hugo Leal, no sentido de fortalecer a atuação da autoridade marítima.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/11/2020

EQUINOR VÊ PICO DE DEMANDA POR PETRÓLEO SER ANTECIPADO EM 2 OU 3 ANOS APÓS VÍRUS

Da Redação OFFSHORE 17/11/2020 - 19:37



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/180829-equinor.jpg>

A petroleira Equinor espera que a demanda global por petróleo alcance seu pico por volta de 2027-2028, dois ou três anos antes do que estimava antes, como resultado da pandemia de Covid-19, disse a companhia nesta terça-feira.

Não há um acordo sobre quando a demanda por petróleo pode atingir seu ápice, mas essas expectativas têm pesado sobre os planos de

empresas do setor para explorar e desenvolver novos recursos.

“Presunções anteriores de que o pico de demanda por petróleo ocorreria por volta de 2030 podem ser contestadas”, disse a Equinor em relatório anual com perspectivas sobre o setor de energia.

A Equinor vê a demanda por petróleo voltando aos níveis pré-pandemia, de cerca de 100 milhões de barris por dia, por volta de 2025, e caindo para 88 milhões de bpd em 2050, em seu cenário básico, denominado “Reforma”.

Há um ano, a empresa via o pico de demanda pouco antes de 2030, em 105 milhões de barris por dia, principalmente devido ao impacto de carros elétricos sobre a demanda por combustíveis fósseis. Em 2050, a projeção era de queda para 93 milhões de bpd, no mesmo cenário.

Restrições de oferta devido aos baixos investimentos no setor também podem impactar o crescimento da demanda no futuro, depois que petroleiras cortaram investimentos em cerca de 30% neste ano, disse a companhia.

Petróleo Pré-Sal

“A consequência pode ser que bilhões de barris de petróleo que antes se assumiam como recuperáveis não serão desenvolvidos”, acrescentou a Equinor.

Uma queda na oferta de petróleo devido aos baixos investimentos poderia forçar a demanda por petróleo a enfrentar seu pico entre 2027 e 2028, disse a empresa.

Ela também afirmou que mudanças impostas pela Covid-19 sobre o modo como pessoas trabalham e viajam terão um impacto duradouro e reduzirão o crescimento da demanda por petróleo, enquanto energia renovável e carros elétricos devem acelerar.

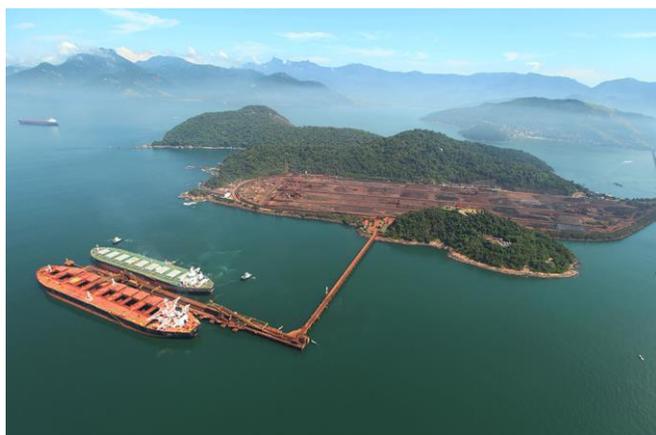
“É provável que a demanda por combustíveis de aviação vá sofrer por muitos anos, uma vez que a pandemia pode ter alterado de forma permanente a frequência com que voamos”, afirmou, no relatório.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/11/2020

TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADOS TÊM ALTA NO 3º TRIMESTRE DO ANO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 17/11/2020 - 19:30



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201004-vale-terminal-ilha-da-guaiba.jpg>

toneladas a mais em comparação com os meses de abril, maio e junho.

A movimentação dos terminais portuários privados registrou alta de 10,6% no 3º trimestre em relação ao 2º trimestre deste ano. De acordo com levantamento da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) com dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), entre os meses de julho a setembro, foram movimentadas 205,03 milhões de toneladas, 19,7 milhões de

Segundo a ATP, esse crescimento foi impulsionado pelo granel sólido, que registrou alta de 15,8% e aumentou sua movimentação em quase 18 milhões de toneladas. Minérios e cereais também tiveram movimentação expressiva, aponta a entidade, com altas de 26,8% e 693,8%, respectivamente.

De acordo com a ATP, com aumento de mais de um milhão de toneladas, a maior expansão foi do Porto Sudeste (54,6%), seguido pelo Terminal Trombetas, da MRN (39,7%) e o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, da Vale (34,3%).

"É um resultado positivo e que comprova a relevância dos terminais portuários privados para o escoamento da produção nacional. Mesmo com a crise causada pela pandemia, estamos crescendo e mantendo o setor em alta", afirmou o presidente da ATP, Murillo Barbosa.

Já na comparação com o terceiro trimestre do ano passado, os terminais portuários privados registram crescimento de 1,4%. O peso principal nesse resultado é do aumento na movimentação de granel líquido, de 6,8%. Também teve destaque a movimentação de combustíveis minerais e produtos químicos orgânicos, os dois com alta de 8%, aponta a ATP.

Wilson Sons consolida modal hidroviário como solução logística no Estado

O transporte fluvial de contêineres vem atraindo cada vez mais empresas na Região Sul do Brasil. Ao completar quatro anos em outubro, a operação da Wilson Sons no Tecon Santa Clara, na cidade de Triunfo (RS), apresenta crescimento médio de 56% ao ano. A unidade opera integrada ao terminal de contêineres da Companhia no Porto do Rio Grande e oferece solução multimodal aos setores produtivos locais.

Resinas, madeira, produtos químicos, frango congelado, borrachas e utensílios domésticos representam 80% das mercadorias que passam pelo Tecon Santa Clara. Apesar da pandemia que impactou a comercialização de alguns produtos, foram movimentados 20.165 TEU (unidade correspondente a um contêiner de 20 pés) no terminal, de janeiro a setembro deste ano, alta de 11% ante o mesmo período de 2019.

Hoje a operação entre o Tecon Santa Clara e o Tecon Rio Grande é a que mais movimenta cargas em contêineres por via fluvial no Brasil, de acordo com ranking do Anuário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Entre outubro de 2019 e setembro deste ano, 8% dos TEU movimentados no terminal do Porto de Rio Grande são provenientes da navegação interior.

Mais limpo e seguro, o modal hidroviário possibilita também maior eficiência nos custos da operação. "Com o transporte fluvial, conseguimos desenvolver projetos logísticos mais competitivos do ponto de vista financeiro, que oferecem menos risco de acidentes e avarias para

as cargas, além de contribuir com a diminuição de emissão de gases do efeito estufa", avalia Paulo Bertinetti, diretor presidente do Tecon Rio Grande.

Do ponto de vista ambiental, o modal hidroviário se mostrou mais eficiente: emite 74% menos gases do efeito estufa se comparada com o transporte rodoviário, de acordo com estudo realizado pela Wilson Sons a partir da metodologia GHG Protocol.

Nesses quatro de anos de operações, o terminal já transportou mais de 126 mil TEU. Entre os serviços disponibilizados aos clientes, está a possibilidade de estufar e desovar produtos no armazém, os quais podem ser distribuídos fracionados ou completos nos seus destinos.

Porto de Antonina e diretoria do Porto de Santos debatem cabotagem e infraestrutura

O Porto de Antonina, no Litoral do Paraná, recebeu nesta terça-feira (10), a visita de representantes da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da Autoridade Portuária de Santos - Santos Port Authority (SP). O incentivo a cabotagem - criando novas rotas e reduzindo custos - , a organização e estrutura da empresa Terminais Portuários Ponta do Félix (TPPF), que é responsável pelas operações no porto de Antonina, e a operação de cargas diferenciadas foram pauta da reunião.

Estiveram presentes na visita o superintendente de relações comerciais da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios Porto de Santos, Luiz Henrique Garcia; o superintendente de Planejamento, Bruno Tolino e o gerente de Contratos de Arrendamento, Leandro Gorni Cabral e o gerente de Inteligência de Mercado e Estatística, Kleber Baraldo.

"A visita ao TPPF foi bastante proveitosa, permitindo que pudéssemos conhecer toda a sistemática das operações realizadas pelo terminal, que desempenha um papel fundamental na logística portuária paranaense e de complementaridade às operações do Porto de Paranaguá. O TPPF tem um grande potencial de crescimento a curto prazo, com a conclusão das obras em andamento", declarou Luiz Henrique Garcia.

O TPPF conta, atualmente, com 60 mil metros quadrados de infraestrutura de armazenagem, com capacidade estimada de 200 mil toneladas estática e está com as obras de expansão em andamento. A navegação de cabotagem está sendo incentivada pelo Governo Federal, que encaminhou em agosto ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 4199/2020 e que institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem, a chamada BR do Mar.

O objetivo é estabelecer novas condições para ampliação de frota dedicada ao transporte de cargas via cabotagem no Brasil. O diretor-presidente do TPPF, Gilberto Birkhan, explica que o projeto de expansão prevê a construção de silos para cereais e um novo armazém para fertilizantes - em área 17 mil metros quadrados - com capacidade para 120 mil toneladas de produto.

"O TPPF é um Terminal preparado para receber e operar diversos tipos de cargas. Temos plena condição de atender operações de cabotagem com muita eficiência e contribuir com a eficiência logística proposta pelo projeto BR do Mar", afirma Birkhan.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/11/2020

PORTOS DO PARANÁ ALCANÇAM QUASE 100% DE OCUPAÇÃO E PRODUTIVIDADE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 17/11/2020 - 19:12

O fluxo de navios nos Portos do Paraná está intenso. A quantidade de embarcações atracadas e em operação beira a taxa de 100% de ocupação do cais e píeres nos dois portos – de Antonina e Paranaguá.

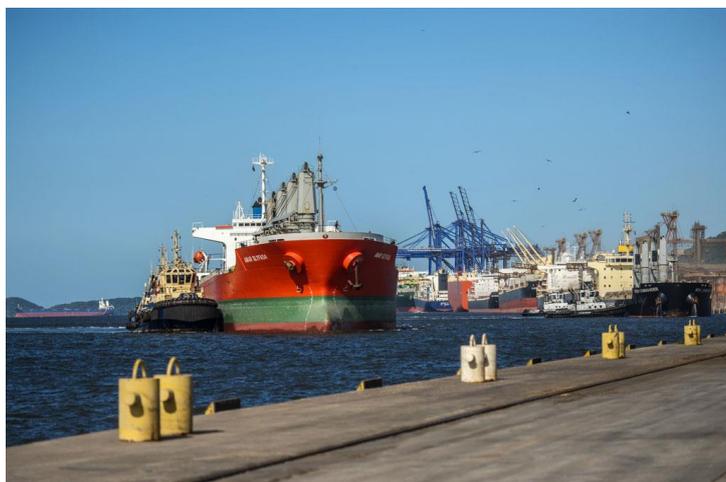
Na quinta-feira (12) havia 21 navios atracados. Treze no cais comercial do Porto de Paranaguá, dois no píer público de inflamáveis, dois na Cattalini (um Terminal de Uso Privativo), dois no píer da Fospar e outros dois no cais do Porto de Antonina, no terminal da Ponta do Félix.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/11/2020

PARA 2021, MINFRA PREVÊ 17 ARRENDAMENTOS DE ÁREAS E UMA DESESTATIZAÇÃO DE PORTO

Por Dérika Virgulino PORTOS E LOGÍSTICA 17/11/2020 - 18:32



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201008-porto-de-paranaqua-foto-claudio-neves.jpg>

Arquivo: Divulgação

Até final de 2020 a pasta deve realizar quatro arrendamentos portuários e publicar mais oito editais.

A secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, Natália Marcassa de Souza, afirmou, durante Painel 2020 – Pacto pela Infraestrutura Nacional e

Eficiência Logística, realizado nesta terça-feira (17) que o ano de 2021 será ainda mais forte em empreendimentos de parceiras. Por esta razão, segundo ela, estão previstos para próximo ano 17 arrendamentos portuários e uma desestatização de porto, da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). Entre 2019 e 2020 a programação foi de 15 leilões de áreas nos portos organizados.

Ela afirmou ainda que até final deste ano mais quatro arrendamentos portuários serão realizados: um terminal no Porto de Paranaguá (PAR12); dois (ATU 12 e ATU 18) no Porto de Aratu (BA) e um arrendamento de terminal no Porto de Maceió (MAC10). Todos estão previstos para o próximo mês de dezembro. De acordo com ela serão publicados também até final de 2020 oito projetos de arrendamentos portuários que estão sendo analisados no Tribunal de Contas da União (TCU). Dentre esses, três foram aprovados recentemente pelo TCU.

Além dos 17 arrendamentos, em 2021 será realizada a primeira desestatização portuária do país. A previsão é que a Codesa seja leiloadada final do próximo ano. A audiência para sugestões e possíveis alterações no estudo de modelagem está previsto para acontecer meados de dezembro. O estudo está sob responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Ainda não fizemos (desestatização de portos), é um ativo com o qual ainda não tínhamos trabalhado. Mas estudamos muito como seria e estamos muito confiantes no modelo”, disse Natália.

Questionada durante o evento sobre o Reporto, a secretária afirmou que o Ministério da Infraestrutura vem mantendo diálogo constante com o Ministério da Economia sobre a necessidade de prorrogação do benefício. O Reporto é um regime tributário especial que desonera a importação de máquinas e equipamentos para os setores portuário e ferroviário.

“A gente sabe que o Reporto é um incentivo fiscal muito importante para o programa de concessão portuário e ferroviário. A gente sabe também que esse incentivo está ligado a isenções estaduais e que a não continuidade desse programa vai trazer um impacto negativo pro setor”, afirmou Natália. Ele disse que apesar das conversas com a Economia, ainda não existe uma solução fechada sobre o incentivo, “mas o ministro Tarcísio (de Freitas) está diretamente envolvido com essa questão”, completou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/11/2020

DP WORLD SANTOS E SUZANO INAUGURAM COMPLEXO PARA MOVIMENTAÇÃO DE CELULOSE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16/11/2020 - 22:26



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201116-santos.jpg>

A DP World Santos e a Suzano inauguraram oficialmente nesta segunda-feira (16) o novo complexo de celulose instalado na margem esquerda do Porto de Santos, resultado de uma parceria entre as duas empresas. A cerimônia, com a presença do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, foi realizada de maneira restrita, seguindo as recomendações sanitárias por conta da pandemia da Covid-

19, e marcou a inauguração da mais recente instalação do terminal, que iniciou suas operações em abril. Em seis meses de operação, a celulose já responde por 15% do faturamento da DP World Santos.

O complexo recebeu investimentos de R\$ 700 milhões e conta com um armazém de 35 mil metros quadrados e capacidade estática para mais de 150 mil toneladas da matéria-prima. Também integram as novas instalações um novo viaduto, destinado à interligação rodoviária entre as áreas do armazém e a área de cais do Terminal, e a expansão do trecho de cais, que foi ampliado de 653 metros para 1.100 metros, possibilitando ao terminal receber até quatro navios simultaneamente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/11/2020

MINFRA FIRMA CONTRATOS DE NOVOS ARRENDAMENTOS PARA CELULOSE NO PORTO DE SANTOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16/11/2020 - 22:21



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201116-spa.jpg>

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, assinou nesta segunda (16) os contratos de arrendamentos com as empresas Eldorado e Bracell, vencedoras, respectivamente, dos leilões das áreas STS 14 e STS 14A realizados em agosto.

Os novos terminais garantirão quase R\$ 900 milhões à Santos Port Authority (SPA) entre outorgas e investimentos nos próximos anos. O

STS 14 foi arrematado por R\$ 250 milhões pela Eldorado, que investirá outros R\$ 186,9 milhões na área. Pelo arrendamento do STS 14A, a Bracell ofertou R\$ 255 milhões com previsão de R\$ 193 milhões em investimentos. As obras devem começar no início de 2021.

“Temos de celebrar a assinatura desses dois contratos, são os primeiros leilões realizados após o início da pandemia. No fim das contas estamos celebrando a confiança no Brasil”, disse Tarcísio.

“Como diz o ministro da Infraestrutura, temos de trabalhar para deixar um legado. Na SPA o ritmo tem sido intenso, a marca da nossa gestão é trazer maior eficiência. Estamos muito satisfeitos com esses arrendamentos porque iniciam o processo de clusterização com duas empresas de altíssimo gabarito”, afirmou o presidente da SPA, Fernando Biral.

Mais cedo, o ministro cumpriu agenda na SPA e visitou terminais que passam por ampliação e modernização. Iniciou o dia no Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (Tiplam), da VLI, que inaugurou nesta segunda, em conjunto com a Tereos, dois armazéns de açúcar no valor de R\$ 205 milhões, a última etapa de um investimento de mais de R\$ 3 bilhões. Conheceu também as instalações de celulose do terminal DP World, que investiu R\$ 700 milhões na unidade, e as obras do Terminal Exportador de Santos (TES), que está desembolsando R\$ 395 milhões na expansão da oferta.

“Santos vai passar por uma revolução com os investimentos em acessos e terminais, estamos preparando o Porto para receber embarcações cada vez maiores. No ano que vem o Minfra vai transferir mais de 50 ativos à iniciativa privada”, destacou o ministro, citando os terminais STS 08 e STS 08A, para líquidos combustíveis, que estão em análise no Tribunal de Contas da União (TCU) e somam investimentos de R\$ 1,06 bilhão. A perspectiva é de que os leilões ocorram no primeiro semestre de 2021.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/11/2020

ESTUDOS DE MODELAGEM DOS PORTOS DEVEM AVALIAR POTENCIAIS INVESTIDORES, DIZ MINFRA

Por Dérika Virgulino PORTOS E LOGÍSTICA 16/11/2020 - 20:49



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201001-porto-de-santos-tecon-santos-brasil-hamburg-sud-container.jpg>

Arquivo

TUPs de fora do porto em processo de desestatização e gestores de portos estrangeiros estão aptos a participarem do processo de desestatização.

Atualmente estão em curso no país três estudos de modelagem para a desestatização dos portos organizados. E o Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vem conduzindo os estudos dos portos de Santos e São Sebastião e da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). Embora ainda esteja em andamento cada uma dessas modelagens, o Ministério da Infraestrutura afirmou que também faz parte do escopo de elaboração de cada um deles, dentre vários aspectos, a avaliação sobre investidores.

De acordo com a pasta, cabe ao processo de modelagem apresentar um relatório específico de avaliação dos potenciais investidores interessados em gerir os portos. No entanto, isso ainda está em fase de estruturação, pelo menos nos portos de Santos e São Sebastião. Isso porque os estudos da Codesa já estão sendo finalizados com previsão de serem apresentados em audiência pública meados de dezembro deste ano. Além desses estudos, está sendo elaborada a modelagem de desestatização do Porto de Itajaí (SC), sob responsabilidade Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL).

O ministério ressaltou ainda que a expectativa é que os futuros concessionários preencham os requisitos de qualificação necessários, sobretudo, a expertise em gestão portuária. A única restrição é que a empresa gestora de TUPs dentro do porto que está sendo desestatizado seja o concessionário. Desse modo, TUPs fora do porto em processo de desestatização e até mesmo gestores de portos estrangeiros estão aptos a participarem do leilão.

A previsão é que a Codesa seja leiloada no próximo ano e que os portos de Santos, São Sebastião e Itajaí sejam desestatizados em 2022. O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, já afirmou a intenção de inserir no programa de desestatização dos portos mais duas Autoridades

Portuárias, são elas: a Companhia Docas da Bahia (Codeba) e a Companhia Docas do Pará (CDP). A ideia inicial é que a modelagem de ambas seja elaborada pela EPL.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/11/2020